



(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Declaro aberto o 2º Seminário, do ano de 2014, do Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, em cumprimento ao Requerimento nº 7, de 2014, e Requerimento nº 16, de 2014, ambos de minha autoria, com a finalidade de debater as providências que estão sendo encaminhadas pelo Governo Federal, governo do Estado e dos Municípios atingidos pelas enchentes do Rio Madeira e afluentes, tendo em vista as perdas nas lavouras, pecuária, pesca, aquicultura e horfrutigranjeiros dos produtores do Estado de Rondônia, bem como as ações a serem implementadas de imediato com a presença dos nossos convidados.

Caros amigos convidados e amigos e amigas que nos acompanham pela TV Senado e pelas demais mídias do Senado Federal, seja pela Rádio, internet ou pelas redes sociais, quem quiser participar do nosso debate poderá fazê-lo através da internet pelo endereço www.senado.gov.br/alosenado, enviar alguma pergunta, algum questionamento, alguma ajuda, proposta, para a nossa reunião, ou pelo Twitter @AloSenado, ou também pelo telefone 0800 612211, lembrando que a ligação é gratuita.

O objetivo do nosso seminário de hoje, no já tradicional ciclo debates que promovemos aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, às sextas-feiras, hoje é discutir o pós-enchente no Estado de Rondônia.

A população do nosso Estado de Rondônia ainda enfrenta a pior enchente da sua história, quando o Rio Madeira atingiu a marca histórica de nove metros e 74 centímetros no dia 31 de março. Mais de 31 mil pessoas ficaram desabrigadas, os prejuízos em todas as áreas são enormes e Rondônia decretou estado de calamidade pública. Em Porto Velho, pelo menos nove bairros e seis distritos ficaram completamente alagados e isolados no centro da capital. Diversos Municípios foram atingidos pelas águas; e os Municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, onde moram cerca de 100 mil habitantes, ficaram completamente isolados, visto que diversos trechos da BR-364 e BR-425, que dão acesso aos Municípios, foram alagadas com quase dois metros de lâmina d'água sobre a pista. Para tirar essas pessoas do isolamento, abrimos um trecho de 12 quilômetros da BR-421 ou 420, como queiram, entre os distritos de Jacinópolis e Nova Dimensão, cortando uma ponta do Parque Estadual de Guajará-Mirim.

Essa situação também isolou o Estado do Acre e afetou os deslocamentos por terra em toda a região Norte, pois as saídas para Humaitá, no Amazonas, pela BR-319 também foram alagadas.

Descrevi a situação da enchente em Rondônia, o drama das famílias, o prejuízo dos agricultores, comerciantes, empresários, diversas vezes no plenário do Senado e aqui nesta Comissão, quando também solicitei o apoio do Governo Federal para assistência e socorro às vítimas.



Essa fase de socorro e assistência às vítimas, por sinal, foi muito bem trabalhada pela Defesa Civil do Estado, pela Defesa Civil Nacional também. Nós tivemos uma atenção especial da Defesa Civil Nacional, em que pudemos fazer um trabalho muito importante, um trabalho de grande relevância para as pessoas atingidas das enchentes. O apoio da Defesa Nacional chegou rápido nos Municípios e pudemos ter toda a atenção necessária aos flagelados, tanto é que nenhuma pessoa foi internada em função das enchentes. Não foram as cheias que trouxeram as pessoas para o hospital. Isso foi graças à ação dos Municípios, juntamente com a Defesa Civil estadual e a Defesa Civil Nacional também.

O Governo Federal deu o apoio necessário, e o Governo do Estado e as prefeituras trabalharam intensamente para socorrer as pessoas atingidas pelas cheias, destinando-as para abrigos, para casas de familiares ou amigos e fornecendo água, alimentação, remédios, roupas e assistência necessária. Graças a esse trabalho, não tivemos nenhuma vítima fatal diretamente relacionada às cheias.

As águas já estão baixando. No meio desta semana, tivemos um repiquete, quando as águas voltaram a subir, mas as chuvas estão parando, e tudo indica que, nos próximos dias, o nível do Rio Madeira e demais rios da região baixe consideravelmente.

Portanto, a nossa preocupação é com o pós-enchente, com a limpeza das cidades, com o risco de doenças e epidemias, com a recuperação de ruas, estradas vicinais, rodovias e com recuperação de nossa economia.

É isso que vamos discutir hoje aqui, para que possamos tirar elementos que possam servir de contribuição para o Plano Integrado de Reconstrução e Prevenção de Desastres que o Governo do Estado está elaborando em parceria com as prefeituras, para o qual queremos o apoio do Governo Federal.

Todas as informações, propostas, sugestões que vamos debater aqui hoje serão sistematizadas e encaminhadas ao Governo para que possam fazer parte desse plano de reconstrução do nosso Estado de Rondônia.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, quero dizer que, junto conosco, o Senador Raupp tem feito um trabalho importante aqui nesta Comissão e lá no Estado de Rondônia para atender a toda população atingida pelas cheias. Da mesma forma, a Deputada Marinha tem feito um trabalho sistemático, dando um acompanhamento ao Governo do Estado e às prefeituras. Da mesma forma, o Deputado Márcio Rogério, junto conosco, tem feito esse trabalho de acompanhamento, para que possamos trazer um alento a essas famílias que estão desabrigadas, pessoas que perderam as suas casas. Há outras pessoas que perderam o que têm dentro das suas casas. Mas muitas famílias não poderão mais voltar, porque estavam morando em áreas de risco.

Esse é o planejamento que está sendo feito neste momento, novos bairros terão de ser construídos. Alguns distritos não poderão existir mais em função do risco de novas enchentes. Nós não sabemos se essa enchente poderá



voltar no ano que vem ou daqui a dois anos, cinco anos ou dez anos. E não sabemos, de fato, qual é a influência da construção das usinas com relação às enchentes.

É fato que sabemos que não há uma ligação direta com a enchente em função das chuvas da Amazônia. As chuvas que aconteceram no Estado de Rondônia, que aconteceram no país vizinhos, na Bolívia e também no Peru, somadas com o degelo dos Andes, provocaram essa enchente. Mas uma coisa me chamou atenção esta semana: mesmo sem as chuvas, as águas voltaram a subir. Houve o famoso repiquete, mas sem chuvas praticamente. E o que é interessante é que as águas não subiram entre Jirau e Santo Antônio; permaneceram no mesmo nível.

Isso pode nos dizer alguma coisa, sendo que, antes das usinas, houve uma subida do rio. Tanto é que voltou a ficar ilhada novamente Nova Mamoré, onde as águas novamente subiram e ultrapassaram os níveis das nossas estradas. A BR-425 e está novamente alagada e não temos chuva para isso. Portanto, fica a nossa preocupação.

Mais uma vez, cumprimento o Senador Raupp, Deputada Marinha, Deputado Marcos Rogério, que têm nos acompanhado com relação ao trabalho da União, dos Ministérios, do DNIT, do Governo do Estado e também das Prefeituras municipais.

Temos um filme para passar. Vamos mostrar, por meio de imagens, um pouco do que aconteceu, de que forma o Governo, as Prefeituras e a Defesa Civil atuaram com relação à enchente do Madeira e como hoje estão as coisas em Rondônia.

Pode passar o filme.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito bem!.

Essas foram algumas das imagens do que aconteceu no Estado de Rondônia em alguns Municípios e em alguns distritos da nossa Capital e também de Nova Mamoré e Guajará-Mirim.

Agradeço a presença do Marcelo Magalhães, Diretor do Departamento de Economia Agrícola da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento; do Dr. Henrique Gonçalves Almeida, Diretor do Departamento de Planejamento e Ordenamento da Pesca Artesanal do Ministério da Pesca e Apicultura; do Dr. Paulo Roberto Farias Falcão, Diretor do Departamento de Reabilitação e Reconstrução do Ministério da Integração Nacional; do Coronel Caetano, Coordenador Estadual da Defesa Civil de Rondônia; do Engenheiro Roberto Borges, do DNIT; do Prefeito Laerte Queiroz, Nova Mamoré.

Passaremos, então, para fazer as suas colocações e nos contar como estão as coisas neste momento e como aconteceram na Cidade de Nova Mamoré, a palavra ao Prefeito Laerte Queiroz, já agradecendo já sua



disponibilidade e a sua disposição de vir até o Senado para participar desta audiência pública.

Prefeito, é um prazer tê-lo aqui conosco. O senhor tem a palavra.

O SR. LAERTE QUEIROZ – Boa tarde, Senador, boa tarde a todos.

Primeiramente, quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo pela iniciativa. Realmente, Nova Mamoré, não só Nova Mamoré, mas o Estado de Rondônia, vários Municípios e vários distritos estão passando por tudo isso que acabamos de ver, e realmente é uma situação difícil.

Quero cumprimentar também o Coronel Caetano, que tem acompanhado de perto – não é, Coronel – tem visto a situação não só de Nova Mamoré, mas de todos aqueles Municípios e distritos que foram afetados.

Cumprimento também os demais presentes membros da mesa.

Hoje, Nova Mamoré ainda está parcialmente isolada. O rio baixou um pouco esses dias, a BR praticamente está fora da água, mas, como disse o Senador, esta semana, nesses últimos dois dias, o rio voltou a subir, e hoje estamos parcialmente isolados em Nova Mamoré e Guajará-Mirim, com dificuldade de acesso às linhas vicinais dos bandeirantes e às linhas vicinais alternativas, que não são fáceis, e só carros pequenos e carros traçados estão podendo chegar a Nova Mamoré; Estamos inclusive com dificuldade de abastecimento nesses três últimos dias, também por essa falta de acesso.

Nós nunca tínhamos vivido uma situação como essa. Tanto que o Município de Nova Mamoré nem tinha o Conselho Municipal de Defesa Civil, porque nunca tinha acontecido uma situação de calamidade, nem mesmo de emergência, no Município. Jamais esperávamos que fosse acontecer isso e fomos pegos de surpresa. Mas, graças a Deus, com o apoio do Corpo de Bombeiros de Guajará-Mirim, da Defesa Civil do Estado e também da Defesa Civil federal, conseguimos fazer com que as coisas acontecessem de maneira mais tranquila, porque não houve nenhuma vítima fatal, não houve nenhuma morte. Conseguimos fazer com que não fosse tão grave a retirada dessas famílias dos locais de risco em que estavam vivendo. Essa fase conseguimos fazer até mesmo com a falta de experiência, mas acho que fizemos de uma maneira bem tranquila.

Agora vem a fase de restauração, que nos preocupa bastante, porque o rio abaixou, e as famílias querem voltar para as suas residências. Estamos lá nessa fase agora de restabelecimento. Sentimos muita dificuldade por falta de equipamento. O Município não tem estrutura, não tem equipamentos, muito menos estrutura de máquinas e técnicos, tanto na área de saúde, como em todas as áreas. Não temos técnicos, temos essa dificuldade aí e precisamos do apoio tanto do governo do Estado, como também do Governo Federal.

Eu quero agradecer aqui, Senador e demais, ao governo do Estado, ao Governador Confúcio Moura, que foi muito eficiente na ajuda do Município, através da Defesa Civil do Estado, e deu toda a assistência, principalmente na área da saúde, colocando aeronaves para transportar os pacientes, tanto os pacientes emergentes, quanto os eletivos. Nós, graças a Deus, não tivemos



nenhum problema também na área de saúde e, por isso, agradecemos ao Governador do Estado e a toda equipe.

Quero agradecer a V. Ex^a, que tem acompanhado de perto toda a situação de calamidade pública do Município de Nova Mamoré e também de Guajará-Mirim. Agradeço ao Senador Valdir Raupp, que tem estado presente diretamente lá. A Deputada Marinha tem dado um apoio e acompanhado de perto, nos ajudando bastante.

Nova Mamoré, para quem não conhece, é um Município cuja base econômica é agropecuária, é a pecuária de corte e de leite. Falam em 60 dias, mas são 80 dias que nós ficamos isolados, o Município de Nova Mamoré e Guarajá-Mirim. Com isso, o Município de Nova Mamoré deixou de tirar, escoar a média de 300 cabeças de gado de corte por dia, deixaram de ser abatidas 300 cabeças de gado por dia. Isso também na área do leite: nós deixamos de escoar 112 mil litros por dia. Os frigoríficos, por não terem também como tirar os seus produtos já industrializados, não pôde pegar esse leite, praticamente 112 mil litros de leite por dia foram jogados fora. Então, vocês imaginam a situação em que estão os nossos produtores rurais no Município de Nova Mamoré.

Isso gerou uma crise muito grande, os produtores não tiveram como escoar os seus produtos, Senador. Então, hoje, a situação dos nossos produtores, não só dos produtores rurais, mas também da indústria e do comércio, que também foram afetados pelo mesmo motivo, por não terem como escoar os seus produtos. A indústria madeireira deixou, durante esses 80 dias, de escoar a sua produção, os prejuízos estimados são de R\$16,8 milhões só na indústria madeireira. Então, hoje o Município de Nova Mamoré vive uma crise profunda, sem precedentes, porque todos estão endividados, essa é a realidade. Todo o setor produtivo hoje está endividado. Nós precisamos de ajuda do Governo Federal, para que possamos fazer com que a economia do Município volte a se restabelecer, volte à normalidade. Eu acho que, só através de linhas de crédito especiais, poderíamos tirar os nossos produtores, fazer com que o nosso setor produtivo voltasse a respirar e a andar novamente porque ficamos 90 dias, praticamente, com a economia totalmente paralisada.

E, assim, agora, é a hora da reconstrução, do restabelecimento. Já estamos na fase de restabelecimento e estamos fazendo um projeto de reconstrução, juntamente, como disse o Senador Acir, com o Estado de Rondônia, num conjunto, unidos, Estado e Municípios, e a União também, porque precisamos contar principalmente com ela, para que possamos fazer um projeto de restabelecimento e, depois, da reconstrução das áreas afetadas e todos os danos causados pelas enchentes.

Com isso, precisamos que o Governo Federal nos dê uma atenção especial, porque não temos a menor condição de fazer o que... Imagina o Município já em situação normal, já é difícil para manter até esmo o básico no Município, imagina numa situação como essa de calamidade pública. Estamos com toda a estrutura – estradas vicinais, pontes – de todo o Município danificada.



Então, precisamos, realmente, dessa ajuda do Governo Federal e dessa união entre Município, Estado e Governo Federal.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Obrigado, Prefeito. Agradeço-lhe pela sua colocação.

Uma pergunta: o senhor recebeu o cartão para ajudar nas despesas que o Governo Federal enviou para Nova Mamoré? Foi fácil utilizá-lo ou não? Só para termos uma noção.

O SR. LAERTE QUEIROZ – Senador, na verdade, recebemos o cartão, mas, como a Defesa Civil do Estado assumiu toda a situação de calamidade pública, como o Estado também decretou Estado de calamidade pública, o gerenciamento de toda a situação ficou com o Estado. Então, recebemos esse cartão, mas não está sendo utilizado. Nós estamos recebendo apoio da Defesa Civil do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Através da Defesa Civil do Estado.

O SR. LAERTE QUEIROZ – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Não é diretamente União com o Município.

O SR. LAERTE QUEIROZ – Não.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– É União, Estado e Município.

O SR. LAERTE QUEIROZ – O repasse está sendo feito para o Estado, que está gerenciando e fazendo toda a situação dos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito obrigado, Prefeito Laerte.

Aproveito para passar a palavra ao Coronel Caetano, que muito trabalhou juntamente com o General Adriano, da Defesa Civil Nacional, que fizeram um trabalho excepcional. A União, realmente, foi muito importante, e as coisas aconteceram na hora de atender e socorrer as vítimas em todos os Municípios. E nós tivemos um, se isso pode se chamar de coisa positiva de uma enchente, foi o trabalho que aconteceu entre as Defesas Civas dos Municípios, do Estado e da União. O General Adriano fez um trabalho importante, teve uma atuação rápida, sempre presente, 24 horas à disposição sempre para que pudéssemos, quando precisássemos, ir ao seu socorro. E ele, prontamente, sempre nos atendeu.

Então, com prazer, passo a palavra ao Coronel Caetano, da Defesa Civil do Estado de Rondônia, que organizou e comandou todas as ações com relação às enchentes do Rio Madeira.

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Boa tarde a todos. Senador Acir Gurgacz, é um privilégio estar aqui. Parabéns pela iniciativa! Essas Comissões são muito importantes para os assuntos pontuais. Em nome do



senhor, cumprimento todos, o Prefeito Laerte, com quem trabalhamos muito lá durante o período das cheias do Rio Madeira.

E, corroborando com que o Prefeito falou, estamos, neste momento, numa fase chamada de restabelecimento. Existe um esclarecimento importante com relação ao cartão. Quando existe um desastre, existem duas formas de aprovação dos decretos ou de situação de emergência ou de Estado de calamidade pública, de como é o rito de como o recurso vai ser aplicado.

Rondônia é um Estado novo. A Defesa Civil estadual tem uma estrutura razoável, mas ainda não é um Estado padrão de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Santa Catarina em termos de Defesa Civil, e os Municípios ainda não estão totalmente estabelecidos no contexto Defesa Civil de resposta, de prevenção e de restabelecimento, reconstrução.

Então, por essa razão, o Governo Federal, primeiro, aprovou o decreto de situação de emergência, aprovou no rito sumário. O rito sumário diz que o Estado, a Defesa Civil Estadual recebe o recurso, é construído o plano detalhado de resposta por todos, pelos técnicos dos Municípios de Guajará-Mirim, Porto Velho, Rolim de Moura, Pimenta, com a Defesa Civil Estadual, em um ambiente que chamamos de sala de situação. Constrói-se esse plano, envia-se para o Governo Federal, e ele aprova. Lá diz quanto cada Município, de acordo com o pedido, depois de uma análise técnica, vai receber.

Após essa análise, o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Integração, da Secretaria Nacional de Defesa Civil, decidiu por aprovar, nesse primeiro momento, por rito sumário, porque a resposta seria mais rápida em razão de os Municípios não terem uma estrutura ainda madura nesse sentido. Mas foi somente nessa fase, e o primeiro recurso que foi na ordem de R\$5,6 milhões. Nós pedimos R\$16 milhões para 90 dias; recebemos pouco mais de R\$5,6 milhões. E aí ficou definido quanto seria para cada Município.

Porto Velho não tinha, inclusive, o cartão na época, a conta aberta e o cartão. O Estado recebeu o recurso e pagou para o Município aquelas despesas que o Município identificou como prementes e necessárias naquele momento do socorro e da assistência. Agora, não. Agora, a partir do decreto de estado de calamidade pública, do estabelecimento da reconstrução, muda o cenário. Os Municípios têm, por força de lei – a Lei nº 12.608 e a Política Nacional de Defesa Civil – o contato direto com o Governo Federal e, certamente, na reconstrução e em alguma parte do restabelecimento, ele vai receber recursos diretos, até por questões de eixos temáticos mesmo. Então, agricultura, reforço da questão comercial do Município.

É construído o plano conjunto, mas tem a parte do Município. Isso vai acontecer agora. Eu estive com Geraldo Adriano há pouco, pela manhã, e foi uma reunião muito produtiva. Remodelamos a segunda etapa do plano de resposta, da ordem de R\$30 milhões, com foco total na fase de assistência, retirando alguns abrigados de escola. Nós temos seis mil alunos fora da escola ainda, e um abrigo único com 200 famílias, mais ou menos, que traz algum



transtorno para o Município e também para nós, porque aquelas pessoas estão em barracas, e, por mais que se faça, é uma situação complicada, difícil.

Rondônia é um Estado cuja temperatura é muito alta. Tem as suas nuances que dificultam um pouco a possibilidade de abrigar a todos em um abrigo único, que é uma recomendação da ONU. A partir do momento em que se prestou o socorro, trouxemos as pessoas para um abrigo único, montamos um posto médico, bombeiros, polícia militar, alguma coisa de auxílio do Ministério Público, Judiciário, Defensoria Pública, Direitos Humanos para as pessoas. Centraliza-se o recurso para que o custo operacional disso seja menor e a eficiência do trabalho seja melhor.

No Acre, por exemplo, no último desastre deles, 30 mil pessoas praticamente estavam em abrigo único, e deu tudo certo. No final das contas, a única diferença entre nós e eles é que, até hoje, no nosso desastre – isso é um fato inédito no Brasil – não houve absolutamente nenhuma vítima. Perdemos alguns animais, as cabeças de gado na região do baixo Madeira, Nova Mamoré, que é um prejuízo econômico, mas vida humanas não houve nenhuma perda em decorrência do desastre.

Eu trouxe, Senador, não sei se há tempo para isso, o plano geral que apresentamos para a Presidência da República naquela ocasião em que o senhor estava junto. Eu acho que mostra um cenário mais pontual de localidades para que todos se situem. Se tivesse um apontador, eu não tenho aqui, mas eu vou explicando à medida que a imagem vai sendo projetada. É bem rápido, vamos levar alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– É importante que a imagem possa sair na televisão também. Não sei se a câmera pode fazer a imagem, mas é importante que possamos ver.

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Ele dá uma contextualização melhor, não é? A apresentação que mostra o cenário completo, atualizado para os dias de hoje. Dá para identificar as áreas mais agrícolas, a questão da pecuária. Então, no primeiro gráfico, temos a cota descendente. Hoje cota 61, 17 e 26. O Rio Madeira, quando chegar a 17m, vai estar dentro da caixa, dentro da calha, no leito, vai estar dentro do barranco. Nós já temos agora a evolução desse cenário com desbarrancamentos, porque a água está voltando e o rio começa a assorear. Isto é um problema ambiental futuro: o assoreamento do rio. Em uma próxima quantidade de chuva acumulada, vão provavelmente morrer peixes como aconteceu em Costa Marques, mas, principalmente, é uma hidrovia extremamente importante do cenário econômico brasileiro. A soja, boa parte da soja brasileira, que é a maior *commodity*, se não me engano, da economia brasileira, sai do Mato Grosso e vai pela hidrovia do Rio Madeira, para o Oriente; sai pelo Amazonas e vai para o Oriente, é uma saída mais econômica do que sair por Santos, Paranaguá e outros locais. E o combustível, todo o combustível do Centro-Oeste – gasolina e óleo diesel –, da refinaria de Manaus desce pela Hidrovia do Rio Madeira em balsas, e o gás



liquefeito de petróleo também, e é distribuído pela BR-364. Então, com essa interrupção, esse problema do rio afetou diretamente esses dois quesitos.

Ainda existe a carne, que é o quarto maior rebanho brasileiro e que foi totalmente interrompida, inclusive a produção. E isso vamos sentir agora: quando fechar o exercício de 2014, o Brasil vai sofrer um ponto de decréscimo na economia, em razão disso. Mas o gráfico mostra o rio, a evolução do rio, que é a parte azul, e hoje nos encontramos numa fase estável de vazante, então, não deve mais, apesar do repique que houve ontem, haver novos desabrigados.

Pode passar por gentileza.

Então, esse gráfico mostra melhor ainda: 7.249 milímetros na fase anterior, na fase crítica, e, hoje, estamos com 2.001 milímetros, 5 mil a menos, que são os milímetros cúbicos de chuva.

Pode passar.

Aí, as regiões do Estado de Rondônia, o mapa, as quatro regiões em vermelho, as mais afetadas e que hoje se encontram com mais problemas: Baixo Madeira, região de São Carlos, Nazaré e Calama. E, depois, a Ponta do Abunã, que é aquela ponta do Estado que é fronteira quase com o Acre – onde está o círculo vermelho, que é uma elipse, é onde está a balsa do Abunã. A BR-364 – nesse trecho, no mapa a seguir, vamos ver melhor – foi interrompida em seis pontos.

Essa aí é a Estrada do Pacífico, a Rodovia Interoceânica, que liga o Brasil ao Oceano Pacífico. De Rondônia, toda a produção saía ou andava 3.000km para baixo, para vir para Santos, Paranaguá e outros portos, inclusive a produção da Zona Franca de Manaus, ou andava pelo rio, que é o caso do biodiesel, do álcool anidro, para Manaus; da soja, da carne e de outros produtos que subiam pela Hidrovia do Rio Madeira. Essa rodovia é a única rodovia que liga o Acre, o Peru, a Bolívia, o Pacífico ao Brasil, por esse caminho do norte, e são 1.800km, apenas, ao contrário dos 3.500km, o que seria para Paranaguá e para Santos, de acesso, com toda essa produção, essa questão da soja, já entrando no quesito da agricultura.

E ela foi interrompida em seis pontos, chegou a ficar interrompida por 72 horas, totalmente. No Acre, os suprimentos foram totalmente transportados por via aérea – seis aviões Hercules 130, diariamente, transportavam alimentos, medicamentos. E chegamos a transportar, com nossos aviões do Corpo de Bombeiros de Rondônia, médicos, suprimentos para o Acre, durante esse período, além de atendermos as regiões – o Prefeito está aqui – de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, que também dependem da rodovia BR-364 e fazem fronteira de 1.300km com a Bolívia.

Pode passar, por gentileza.

Em termos de população afetada, podemos dizer, hoje, que 42% da população de Rondônia foi afetada por esse desastre. E por que o Município de Porto Velho decretou estado de calamidade, e o Estado não havia decretado? Hoje, existem requisitos legais para isso, em termos de reconhecimento público, e



a economia do Estado gira, hoje, salvo engano – acho que o Senador tem esse número até melhor –, em torno de 7%, é o crescimento do PIB de Rondônia, é quase 4 vezes o PIB do Brasil.

E isso ocorre por razões dessa questão agrícola da soja do Centro-Oeste, um pouco já da nossa região também, e por outros fatores que V. Ex^{as} têm conhecimento provavelmente. E, hoje, essa população ficou afetada, porque essa produção não escoou, o comércio enfraqueceu, a economia ainda é frágil em alguns Municípios. Então, esses números dão conta da população afetada, e a população atingida foi em torno de 30 mil pessoas, 6 mil famílias, que são desabrigados e desalojados.

Pode passar.

Aqui temos um mapa que mostra a Rodovia 364, a partir de Porto Velho sentido Acre. Os principais pontos de interrupção são na localidade de Jaci-Paraná, que está pouco acima da Hidrelétrica de Santo Antônio.

Essa aqui é a localidade de Jaci-Paraná, um distrito, onde, por um bom período, ficaram quase 25 mil pessoas da usina usando esse distrito como lugar para morar, para viver e trabalhar próximo à usina de Santo Antônio, nessa região, a 80km de Porto Velho. Esse distrito ficou isolado por um período de 48 horas, totalmente isolado e com a possibilidade de relocar quase 100% da população.

O outro trecho é o trecho do Palmeral, onde está a localidade chamada Mutum Paraná, a montante da usina de Jirau. As próprias usinas criaram um distrito de Nova Mutum, uma cidade com capacidade de atender cinco mil famílias e fizeram toda a infraestrutura na cidade, posto de bombeiros, policiais, médicos, uma medida bastante interessante em termos de estratégia, e não houve problema durante a enchente.

Em compensação, a BR foi atingida. A estimativa da quota do leito da rodovia é de que – e o pessoal do DNIT tem essa informação, há barrancos que foram aumentados em quatro, cinco, até oito metros de barranco – a água ultrapassou a rodovia em 1,5m e 1,40m. Hoje a rodovia já não tem tanta água sobre o leito – em alguns lugares só uma lâmina de água – mas há uma parte destruída, o asfalto totalmente prejudicado e os barrancos.

Não está passando o eslaide.

Só para mostrar o cenário. Aqui abaixo a Balsa do Abunã. Salvo engano, existia um projeto do PAC, não é Senador? Há a ponte do Abunã, que liga o Acre via terrestre. Aqui, o cenário de máquinas puxando. Enquanto estive a 1,50m de nível, mudou-se o filtro de ar do caminhão, houve adaptações para mandar o suprimento de combustível, alimentos e medicamentos via terrestre. Quando não houve mais condição para isso, houve interrupção.

Não estou conseguindo passar o eslaide.

Mais algumas imagens da rodovia rapidamente. Aqui já no restabelecimento, com as águas abaixando, na mesma região, na região de Jaci-Paraná.



Esse outro mapa mostra novamente as distâncias e a rodovia no contexto geral. A BR-364, a partir de Porto Velho, faz toda essa volta. Aqui está a outra usina hidrelétrica de Samuel. Essa é a saída para Cuiabá, ligação Brasil-norte do Brasil, via terrestre.

Aqui ainda tem a BR-319, que sai para Manaus. Ela foi interrompida também. A população de Humaitá, que é do Amazonas, recebe atendimento médico em Rondônia. Até os bombeiros, às vezes, atendem ocorrências em Humaitá, no Amazonas. São 744 km de Manaus, e essa rodovia ainda não está completa até hoje.

Pode passar, por gentileza.

Aqui fotos mais da região de Porto Velho, do centro, que são regiões afetadas e uma parte de Jaci-Paraná.

Pode passar.

Então, aqui é o distrito de Jaci, toda essa região foi inundada. Há uma ponte entre essa ligação, ficou inundada, e suspenso o transporte durante 48 horas. Começamos a fazer um transporte *bypass*, via balsa. Então, havia balsas andando no leito da rodovia, transportando os caminhões e os colocava na rodovia de novo e seguia a viagem, diminuindo a capacidade de 20 caminhões por dia para transportar cargas para Nova Mamoré, Guajará-Mirim e Acre.

Pode passar.

Aqui, já uma região próxima da Ponta do Abunã, onde fica o Rio Abunã e a fronteira com a Bolívia, a BR-425, que liga Guajará-Mirim a Nova Mamoré, que ficou interrompida também em três pontos diferentes. É uma rodovia federalizada, que certamente precisa ser reconstruída.

Aqui fica mais fácil de ver.

Cidade de Guajará-Mirim. Todo o outro lado do rio é Bolívia. A partir daqui são 1300km de fronteira com a Bolívia. Aqui são comércios, grandes atacadistas que têm estrutura lá, e os bairros da cidade totalmente inundados.

Aqui é a ponte da BR-425 e também a foto dos abrigos na localidade. Ponte do Arara próximo de Nova Mamoré.

Aqui o baixo Madeira, região de Nazaré, já o apoio da Defesa Civil nacional com as barracas, infraestrutura integrada, vamos dizer assim, Município, Estado e Governo Federal, distrito de Nazaré e São Carlos, na condição de abrigo, fase de assistência.

Pode passar.

Mais fotos da fase de assistência de outras famílias, aí sim da Rodovia 364 sentido Ji-Paraná, centro do Estado, Cacoal, Pimenta Bueno.

Em Pimenta Bueno, dois rios – o Barão do Melgaço e o Comemoração – formam o Rio Machado, que passa dentro da cidade de Ji-Paraná e é o maior afluente da margem direita do Rio Madeira, que é o maior afluente da margem direita do Amazonas. Então, quando o rio enche, ele influencia, contém um pouco a água dos outros rios e acaba represando e afetando as comunidades que vivem também nas margens desses rios.



Pode passar, por favor.

Aqui o abrigo único em Porto Velho, construído com o apoio do Governo Federal, das usinas também, municípios integrados, já numa fase de assistência, que é o que nós temos hoje.

Sobre essa questão do transporte aeromédico, até hoje nós fazemos todo o transporte aeromédico dos Municípios de Nova Mamoré e Guajará-Mirim. Só que agora nós não temos mais os aviões da FAB, da Polícia Rodoviária Federal. Nós estamos fazendo isso com o Estado. No Plano Detalhado de Resposta, nós pedimos o apoio do Ministério da Integração para manter esse fluxo. Nós não podemos... Nós tivemos uma reunião lá em que o prefeito estava presente. Nós não temos condições orçamentárias.

Em três meses, nós gastamos o orçamento do Estado e do Município que é para o ano todo, para todo o Estado, para 52 Municípios. Independentemente das ocorrências da Defesa Civil, os aviões dos Bombeiros, especificamente, atendem a transporte aeromédico, trazem pacientes, inclusive para Barretos, de outros acidentes da rodovia, em outras cidades, nos 52 Municípios. E não temos mais capacidade de resposta para esse fim. Nós pedimos a prorrogação dessas aeronaves, da manutenção desse custeio para que possamos manter essa assistência.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– E voltou a ficar interditada novamente Nova Mamoré e Guajará-Mirim.

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Voltou em algum momento voltou.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Neste momento está interditada.

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Nesse repique que houve esses dias. Ainda vamos sofrer eventuais interrupções.

Aqui, na ocasião, a Presidente da República esteve lá com a medida dos Parlamentares de Rondônia. Nós agradecemos muito isso, porque foi um divisor de águas. As coisas melhoraram muito nesse sentido. Esperamos poder concluir o trabalho, atender e manter esse padrão de não haver mais vítimas, nem vítimas não fatais, e poder realmente socorrer e atender a população.

Aqui os valores do Plano Detalhado de Resposta, a primeira etapa. Então o socorro e assistência. A Porto Velho, Guajará-Mirim e Nova Mamoré nós repassamos. O que chamamos de repasse? Nós empenhamos tudo. Está tudo empenhado. Existem dificuldades técnicas em Municípios pequenos até pelos fornecedores. É um empresário microempreendedor que não tem certidão. Então, na questão fiscal, nós fomos ordenadores de despesas. Existe o Tribunal de Contas de União e nós precisamos prestar contas disso. E os valores têm preço médio, eles tem uma... Nós temos que acompanhar isso.

Apesar de o Município gastar o recurso, tentamos manter isso no Município. Ele faz a cotação, ele adquire, nós pagamos. Mas nós pagamos mediante nota fiscal e todo um contexto fiscal obrigatório, legal. Então, não é culpa



da prefeitura, absolutamente, mas alguns proprietários de pequenos comércios, até pela fragilidade mesmo, não conseguem, às vezes. Mesmo estando em estado de calamidade, demos um tempo, um *delay* de chegar o recurso, empenhar, ter a nota fiscal, entregar e liquidar o processo para pagamento.

Por essa razão, às vezes, muitos dizem: “Olha, não recebi nada ainda”. Não, às vezes, o empresário não fez a nota fiscal. Mas isso já está superado, não é Prefeito? Isso está 100%. Falta muito pouco para liquidarmos 100% os processos que é o pagamento e o produto ser entregue. Então, são os valores que nós temos até hoje.

Conseguimos um recurso. Eu acredito que esse seja o mapa mais importante para esse cenário aqui, Senador. Aqui existe a cidade de Ariquemes, que está a 200 km de Porto Velho pela Rodovia 364. Porto Velho está mais ou menos por aqui. Durante esse processo houve uma alternativa. A primeira alternativa foi, a partir de Jaci-Paraná, um desvio, que é uma rodovia local, que é Linha 29 e Nova Dimensão, que sai de União Bandeirantes.

Durante boa parte do tempo de resposta, fizemos por aqui. Quando interrompeu Ji-Paraná nem essa aqui ajudava mais. Aí houve o isolamento total de Nova Mamoré e de Guajará-Mirim, porque não havia mais acesso pela 364 sentido Acre, que chega na 425 e vai aqui para Nova Mamoré e Guajará-Mirim, tampouco pelo desvio que fizemos com o apoio da Força Nacional. O DNIT fez um trabalho fantástico em apoio ao Estado, ao DER, mas infelizmente interrompeu antes e nós não conseguimos restabelecer.

Aí houve alternativa da estrada parque, numa ação também direta da bancada federal, junto com o Governo Federal.

Bem aqui onde está o ponto vermelho é uma ponta, é uma área de amortização indígena. São 12 km dessa rodovia que encurtam o caminho de acesso definitivamente, apesar de ser uma alternativa para a Defesa Civil de mais de 500 quilômetros; são 200 quilômetros aqui e mais 330 quilômetros aqui; 530 quilômetros de acesso direto da BR-364 para Nova Mamoré e Guajará-Mirim.

E para a Bolívia também a questão da ligação Brasil-Pacífico. Há também um projeto do PAC com a ponte aqui na região de Guajará-Mirim. A intenção era, na ocasião, dar uma alternativa, mas é também, estrategicamente, uma rodovia que pode, no futuro – além da Interoceânica, que seria a BR-364 ampliada, a estrutura para suportar o desastre... Seria o caso de conseguirmos a saída para o Pacífico por aqui...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– E ela não passa pela reserva, ela passa pelo amortecimento da reserva.

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Área de amortecimento, e inclusive o Governo do Estado, os órgãos ambientais do Estado, a Assembleia, por unanimidade... É que havia uma ação federal individual, e houve uma negociação, mas foi liberado, e essa estrada ajudou muito no final do processo, Senador...



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– E está ajudando agora...

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – ... até hoje, para fazer uma linha direta.

Vocês imaginem uma carga que venha de São Paulo; muitas coisas que chegam em Rondônia vêm do Sudeste e do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– E também o escoamento da produção para o interior do Estado e para outros Estados.

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – O gado que está aqui não andar 500 quilômetros: andar 150 quilômetros e sair para a rodovia asfaltada direto. Então, estrategicamente, eu vejo que, com certeza, as autoridades afins vão buscar.

Essa linha azul mais clara foi um pedido do Governo Federal como alternativa para o Acre. É uma nova linha, bem mais problemática, mas é uma saída também de, usando o mesmo conceito aqui, sairmos numa linha vicinal local e desbordarmos a BR-425 onde ela sofreu interrupção, lá na ponte do Arara e do Ribeirão. Entra aqui, em Nova Mamoré. Mesmo acontecendo qualquer problema na BR-364, nós teremos uma alternativa também para o Acre, voltando ao contexto da Interoceânica, de suprimentos gerais, inclusive na fase de socorro, que é o que nós vivemos.

Nós, da Defesa Civil, pensamos em assistência, socorro e manutenção da proteção à vida e ao patrimônio, mas, em termos de economia, de comércio dos Municípios, são alternativas viáveis, a nosso ver. Isso nós vamos recomendar no relatório que vamos fazer ao final, que já está sendo produzido e vai ser concluído, quando os trabalhos de reconstrução começarem.

Pode passar, por favor.

Aqui é um contexto geral das famílias. Nós chegamos a ter 30 mil famílias totalmente atingidas diretamente, e hoje estamos com 26 mil – já há uma atualização aqui – que ainda estão desalojadas e desabrigadas.

O plano agora é manter a assistência para as pessoas, dar uma condição para que elas tenham recurso... Aí o seguro defesa. A partir do dia 15, parece que já começa a ser depositado para alguns, e, junto de alguns Ministérios, busca-se a bolsa do aluguel, para tentar tirar as pessoas das escolas, porque nós temos seis mil pessoas hoje, crianças não estudando, em razão de 14 escolas ocupadas na região de Porto Velho. E ainda há algumas em Nova Mamoré também e em Guajará-Mirim. E aí nós não podemos criar mais problemas: precisamos solucionar os problemas.

A nosso ver, o pedido no PBE – eu trouxe até uma cópia para o senhor, Senador, que deixei com o General Adriano – é que essa bolsa aluguel, que já foi feita em vários Estados brasileiros, seja concedida, porque há muitas pessoas que não são ribeirinhos. São pequenos agricultores, não são ribeirinhos pescadores, e, portanto, não têm o benefício dos outros Ministérios, da Pesca ou



de outros; mas são pessoas que não têm condições de voltar para casa. E a recomendação é que elas não voltem. O Estado tem algumas casas de programas de habitação que vão ser entregues em julho, mas não podemos esperar até julho para essas crianças começarem a estudar.

Então, o apelo nosso em termos de Defesa Civil... Se não nós vamos criar outro problema, outro desastre, relacionado à educação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– A educação das crianças em Porto Velho, Nova Mamoré e Guajará-Mirim, que estão sem escola.

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Sem escola. E existe resistência de movimentos sociais. É comum no Brasil, a situação hoje é assim mesmo, temos que conviver com os Movimentos dos Atingidos por Barragens, por exemplo, que ocupam algumas áreas e que estão dentro de algumas escolas. E eles não saem. Eles saem mediante negociações, e as negociações passam por um recurso, um auxílio, que eles fiquem por um período estipulado. É uma negociação, um gerenciamento de crise, e estamos buscando esses recursos – primeira etapa.

Pode passar, por favor.

Algumas considerações que ontem, lá na conclusão do nosso Plano Integrado de Reconstrução... É isso que viveu o Estado de Santa Catarina, que viveu o Rio de Janeiro. É a criação de cidades resilientes. Existem hoje recursos no Banco Mundial, existe a Plataforma Global de Redução de Risco de Desastres, que, a cada dois anos, se reúne. Belo Horizonte mesmo foi uma cidade premiada. Eu estive em Genebra junto com eles, é o exemplo brasileiro hoje de cidade resiliente.

Os desastres vão continuar acontecendo. No Japão continua, mas lá no Japão os prédios são do mesmo tamanho, talvez até maiores, mas estão mais resistentes. E não só no quesito físico, a população precisa da beira do rio. Ela não precisa morar exatamente ali na beira do rio, na área de risco, mas ela não pode se afastar muito dali. E ela tem que ter uma condição de continuar pescando, de ter até uma resiliência emocional, vamos dizer. Ela tem que resistir a isso psicologicamente também.

Então, é um contexto de cidade resiliente não só na questão física, estrutural, de aumentar o leito de uma rodovia, de relocar a base de recebimento de combustível. Todo combustível do Centro-Oeste, do Acre, o diesel e a gasolina, vem da refinaria de Manaus e desce pela rodovia do Madeira – 24 horas com balsas passando, e foi totalmente inundado. Você não conseguia tirar um litro de combustível de uma balsa, com 30 milhões de litros, porque a bomba não podia puxar devido ao ambiental. E ficamos com um medo tremendo. Imaginem um vazamento com tudo inundado. Há fotos assim...

O relatório final, Senador, que vai ser entregue, vai ser muito enfático, e só estamos aguardando esse plano de reconstrução estar concluído porque ele tem a ver com subsídio do DNIT, dos Ministérios todos, da Bancada



federal, para que possam ajudar. Esse é um desastre que afeta o Brasil diretamente. E não tivemos a experiência que Santa Catarina tem, nós não temos essas coisas com tanta frequência lá. Mas sentimos na pele a dificuldade. E temos de repensar o tratamento da Defesa Civil.

Nós conversamos, naquela reunião que o senhor nos oportunizou, com a Bancada. A Política Nacional de Defesa Civil brasileira, hoje, o relacionamento do Município diretamente com o Governo Federal é uma questão do pacto federativo, é uma questão constitucional perfeita. A legislação é boa. Criar essa relação direta tem que ser algo obrigatório. O Município é que está com o cidadão. O cidadão é munícipe, ele é do Estado, mas ele é munícipe.

O trâmite legal que existia antes de passar antes pela Defesa Civil estadual não era para burocratizar, era para que a gente evitasse esse retrabalho de ida e volta. Eu vou dar um exemplo típico. Eu conversei muito com o Prefeito Laerte. O Prefeito Laerte é um bombeiro da Defesa Civil e trabalhou literalmente na enchente. Com ele nós não temos essa dificuldade, mas certamente no Brasil existe essa dificuldade.

Hoje, quando se tem um desastre: locação de *notebook*. Quando veio esse documento para mim, eu disse: nós emprestamos *notebook* do Corpo de Bombeiros. Não precisamos de locação de *notebook*. Nós precisamos é da embarcação, do combustível para a embarcação, precisamos que aquele que está com a mandioca, que plantou lá para baixo, em Vila Murtinho, que chegue de barco para levar, nem que seja no carro de bombeiro. Nós precisamos fazer isso: andar para a vítima.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Para a vida continuar, não é?

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Então, nós trocamos a locação de *notebook*, porque normalmente os Municípios pedem coisas que não são viáveis e, no cenário atual brasileiro, não são plausíveis, do ponto de vista técnico-científico, para que a gente dê o que realmente o Município precisa. Então, quem analisa isso é um técnico. A decretação existe, o Governo Federal homologa, mas a análise técnica no Tribunal de Contas da União, o procedimento técnico, nós, Senador, os funcionários públicos, é que vamos ter que administrar isso. Isso é fácil de resolver.

O cartão da defesa civil é muito importante, nós precisamos acelerar um pouco esse trâmite de análise. Tem que ter um prazo para análise. Falo um pouco isto tomando liberdade, se for permitido: eu sou Presidente do Conselho Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil atualmente, e a grande retórica hoje é esta: dos 27 Estados, 20 comandantes de bombeiros são coordenadores estaduais de defesa civil. E o maior braço da defesa civil brasileira militar são os corpos de bombeiros, porque têm viaturas, têm barcos, têm pessoal técnico, têm um pouco mais de preparação.

Então, precisamos ajudar os Municípios a se fortalecerem, como é no Rio de Janeiro, em Santa Catarina, em Minas Gerais. E essa questão da



revisão da lei seria uma coisa que o próprio Secretário Nacional de Defesa Civil, General Adriano, hoje entende como urgente. E aqui, com o apoio de todos, acredito que vamos conseguir. Essa também é uma consideração a ser levada à pauta. Um planejamento antecipado, porque, daí, com a lei a gente já consegue. Nós precisamos fazer prevenção.

O Plano de Reconstrução de Rondônia é um plano de prevenção de resiliência para combater os desastres, que vai dar condição para o DNIT também cumprir a missão dele lá no Norte. Construir uma estrada no Acre, onde não há pedra, é extremamente difícil.

O contexto de defesa civil é multidisciplinar e depende totalmente dos técnicos. É só a coordenação que é da defesa civil, mas o técnico é o assessor jurídico, o engenheiro, a Bancada federal, todo mundo é a defesa civil. Temos que valorizar esse profissional, fazer com que a gente qualifique melhor esse profissional hoje.

O General Adriano falou uma coisa com que eu concordo totalmente. Até os bombeiros nós precisamos qualificar melhor, para dificultar, para facilitar essa dificuldade que o Município tem de interlocução.

E o trabalho integrado. Acho que a essência da palavra é integração. Nós estamos aqui num grande fórum de cooperação. A prova disso é que é uma sexta-feira, e estamos todos aqui. Graças a Deus tiveram a iniciativa, e os parabéns mais uma vez, já para encerrar as palavras, e agradeço.

O povo de Rondônia agradece todos, nossa Bancada Federal, o Senado Federal, que ajudou a gente a agilizar alguns processos. Esperamos muito ainda. E todos os técnicos, de todas as instituições que estão aqui, desculpem se eu falhei em citar alguns. Tem gente do MPA lá em Rondônia, tem de todos os Ministérios lá hoje. E essa é uma preocupação: técnicos trabalhando.

Então, muito obrigado a todos. Temos aí logomarcas dos nossos apoiadores. Demorei um pouco, mas espero ter sido claro quanto ao que a gente está vivendo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Coronel Caetano, por suas colocações. Eu passo a palavra agora ao Paulo Roberto Farias Falcão, do Ministério da Integração.

Eu recebi aqui, Paulo, antes de você iniciar, uma pergunta feita por um telespectador, o Carlos Silva, de Porto Velho, que serve exatamente para iniciar a palestra dos senhores. Qual é a proposta para a reconstrução das áreas afetadas, as ações? E como isso se dará? Ou seja, como o Ministério da Integração vai ajudar o Estado de Rondônia e os Municípios, ou seja, a população do Estado, integrando a Defesa Civil na reconstrução do Estado.

Com a palavra, o Paulo Roberto Farias Falcão, agradecendo a sua presença, Paulo.

O SR. PAULO ROBERTO FARIAS FALCÃO – Muito obrigado. Boa tarde a todos.



Pois bem, Senador. Eu queria iniciar aqui passando alguns... Eu sei que já foi falado aqui pelo Prefeito, pelo Coronel Caetano também, sobre as primeiras ações do Governo Federal, da Secretaria Nacional de Defesa Civil, no apoio à situação de Rondônia.

Nós repassamos alguma coisa em torno de R\$8 milhões de recursos, tanto para a assistência humanitária quanto para o restabelecimento. Na verdade, para o restabelecimento a gente conseguiu passar recursos para fazermos quatro pontes naquela Estrada Parque. Foram recursos da Defesa Civil nacional. Corrigindo aqui, são três. Acho que eu apoiei quatro. Foi aprovado lá no nosso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO ROBERTO FARIAS FALCÃO – Pois bem. Isso foi analisado lá no nosso departamento. Meu departamento é o Departamento de Reabilitação e Reconstrução da Secretaria Nacional de Defesa Civil, onde a gente vai começar agora a trabalhar.

Num primeiro momento, são os *kits*, higiene, alimento, colchões, barracas, locação de aeronaves, tanto helicópteros, como a disponibilização de meios, recursos materiais, os aviões, a Força Aérea, um protocolo que temos com o Exército – nós acionamos esse protocolo –, avião Hercules, um caça, algumas embarcações de pequeno porte, lá do 5º BEC. Além de recursos humanos também: do pessoal do SUS veio do Tavares, o Exército e a Força Nacional de Segurança.

Pois bem. Num segundo momento, tentando responder a pergunta do Carlos...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Na verdade é a pergunta de toda a população de Rondônia.

O SR. PAULO ROBERTO FARIAS FALCÃO – Pois bem. O trâmite normal é: vai ser apresentado pela Defesa Civil, ou estadual ou por cada Município, um plano de trabalho que será encaminhado, então, para a Defesa Civil nacional, e vai ser analisado lá no meu departamento. Esse plano vai conter as principais ações.

Existe uma portaria interministerial entre o Ministério da Integração e o Ministério das Cidades que trata da questão de habitações. Eventualmente, existe um plano de trabalho específico para habitações, mas vai depender realmente da situação. A gente vai ter que analisar isso, como a gente vai...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É possível construirmos habitações específicas para os desabrigados? Porque nós temos bairros, Dr. Paulo, que não poderão mais voltar, e distritos. Há lugares, para onde as pessoas não podem voltar mais. Em Porto Murtinho, as casas estão com 1,5m de barro dentro delas. A água entrou e deixou 1,5m de barro, e desapareceu completamente, João. É uma coisa impressionante. No Araras também. Então...



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– No Araras também.

Então essa mobilidade de construção de casas é uma das grandes perguntas que todos nós temos, prefeitos, vereadores e governo.

O SR. PAULO ROBERTO FARIAS FALCÃO – Existe a possibilidade. Existe essa Portaria Interministerial, que tem algumas restrições, porque, como havia a Minha Casa, Minha Vida... As restrições são do próprio programa do Governo Federal. Mas a diferença entre dar entrada diretamente no Ministério das Cidades e passar pela Defesa Civil Nacional é que, uma vez avalizado por nós, o beneficiário fica liberado do pagamento da parcela. Ele não paga a parcela.

Então é possível, entretanto existem algumas limitações do próprio programa.

Seria muito importante que o Governo do Estado de Rondônia buscasse uma articulação com os diversos órgãos da Administração Federal: o Ministério das Cidades, o próprio DNIT, o MEC.

Falou-me muito de escolas... E a própria Defesa Civil nacional...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Exato. Escola, posto de saúde...

O SR. PAULO ROBERTO FARIAS FALCÃO – Escolas, posto de saúde...

Esse recurso da Defesa Civil, esse recurso com que nós trabalhamos hoje, apesar de a Medida Provisória nº 631 permitir o aporte de recursos para a prevenção via transferências obrigatórias, na Defesa Civil Nacional nós não temos hoje essa rubrica. Trabalhamos somente com recursos de reconstrução.

O SR. LAERTE QUEIROZ – Só uma pergunta: pela Minha Casa, Minha Vida Rural? Não tem como contemplar nesse caso?

No caso de Vila Murtinho e do Distrito de Araras, que são áreas rurais... São distritos, mas são áreas da União. Não são distritos urbanizados.

O SR. PAULO ROBERTO FARIAS FALCÃO – Pois bem. Isso aí vai ter uma questão realmente legal que a gente vai ter que investigar junto ao Ministério das Cidades. Mas a gente está trabalhando já. Eu tive uma reunião...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Por isso existe o decreto de calamidade pública, não é? É uma calamidade, uma situação totalmente diferenciada. Se nós formos seguir todos os trâmites normais, nunca vamos conseguir atender à necessidade das pessoas que moram na Vila Murtinho, que moram no Araras, em São Carlos, enfim.

O SR. PAULO ROBERTO FARIAS FALCÃO – O que a gente está tentando trabalhar...

Tivemos uma reunião com a Conjur do Ministério da Integração Nacional para avaliar a portaria e vislumbramos algumas possíveis modificações.



Como se trata de uma portaria é menos complicado de se alterar ou de se modificar.

Então precisa ser estudado caso a caso, mas nós temos atendido à construção de residências, sim.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Isso vai fazer parte desse plano de reconstrução...

O SR. PAULO ROBERTO FARIAS FALCÃO – Desse plano de reconstrução.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– ...feito pela Defesa Civil do Estado com os Municípios?

O SR. PAULO ROBERTO FARIAS FALCÃO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– E a Defesa Civil Nacional? É isso, Cel. Caetano?

O SR. PAULO ROBERTO FARIAS FALCÃO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Cel. Caetano, por favor. Nós estamos num debate aqui...

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – No dia de ontem, houve uma reunião com todos os órgãos afins, inclusive ONGs, prefeituras – o prefeito estava lá também –, DNIT todos os órgãos. Fizemos a metodologia da mesa integradora, um planejamento estratégico relâmpago, porque o planejamento estratégico é feito com mais tempo, mas, enfim, que é a validação. Nós construímos, com toda a sociedade envolvida e as autoridades, o plano integrado de reconstrução.

Eu mandei uma cópia para o General Adriano, que é uma prévia.

O que vai acontecer? Eles vão validar.

Esse plano está sendo tabulado agora, as informações vão ser validadas. Vai ser submetido pelo Governo à própria bancada, para ajudar o trâmite aqui. E o General Adriano, de posse disso, já está adiantando aquilo que deverá acontecer depois, através de uma reunião interministerial com o Ministro Chefe da Casa Civil, a bancada de Rondônia e os técnicos, para que a gente identifique quais são os Ministérios que vão fazer esse procedimento de construções.

Esse plano foi, ontem, validado...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Já foi validado?

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Sim, senhor.

Aí vai ser submetido agora ao governador com os prefeitos e os parlamentares. Já identificamos o que vamos fazer. E os recursos, de onde sairão, nós vamos propor. Aí o Governo Federal vai dizer: realmente, aqui pode, isso a gente pode fazer por outra maneira etc.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– E inclui, Coronel, a construção de casas populares?



O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Inclui.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Temos distritos que não poderão mais ser...

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Inclui a realocação total, por exemplo, de São Carlos...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– São Carlos não pode mais...

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Nazaré, Calamo. Inclui.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– A solução para São Carlos, qual é?

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – É colocá-lo numa área um pouco mais alta, numa cota mais alta...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Ou seja...

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – ...e trabalhar...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– ...mudar completamente a população que mora em São Carlos.

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Completamente. O exemplo de Porto Velho...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Essa é a solução.

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – O exemplo de Porto Velho é que nem...

Há três exemplos no Norte: Estação das Docas, em Belém, uma área vulnerável que foi reconstruída. Levantou-se a cota, e hoje é uma área turística internacional. Ponta Negra, em Manaus, que foi uma obra gigantesca, e a própria Gameleira, no Estado do Acre, ali no centro de Rio Branco.

Só Rondônia, na Região Norte. Porto Velho é a única capital do Norte que não tem uma orla. Até a reconstrução da orla, tirando a população da área de APP e colocando-a em outro local está nesse Plano Integrado – só para atualizar a informação. Isso foi recente. É de ontem, que é o que está sendo proposto.

E aí vão ser discutidos detalhes técnicos, que os ministérios vão discutir com seus técnicos, e os Parlamentares também vão levar, no meio político para a Presidência da República, para aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito bem.

Paulo, só para contribuir, por favor. Pode continuar.

O SR. PAULO ROBERTO FARIAS FALCÃO – Pois bem, Coronel Caetano, eu acho que, se for o mesmo documento a que tive acesso ontem, eu conversei com o General ontem – infelizmente, hoje não conseguimos falar antes



da minha chegada aqui –, o que vislumbrei foi exatamente que vocês já sabem do que precisam; vocês já levantaram a necessidade. O que eu acho que precisamos fazer realmente é descobrir a melhor forma de conseguir esse recurso. Por quê?

Eu vislumbro algumas dificuldades, na Defesa Civil nacional, dentro da reconstrução, para alguns tipos de ação. Quando se vai fazer uma manutenção, uma reforma de uma escola que foi inundada – subiu a água, desceu, ficou a pintura a ser feita –, vejam que hoje nós temos recursos de reconstrução. O senhor pode até dizer: “Poxa, isso é uma obra de manutenção!”

Então, como o valor é muito pequeno, qual é a minha sugestão? É que nós tentemos trabalhar no sentido de melhor identificar qual órgão pode fazer aquele determinado serviço, para evitar que nós patinemos na área técnica, porque isso, invariavelmente, passa na mão de um técnico. E a pior situação é quando você recebe um plano de trabalho, e esse plano de trabalho não está completo, ou não esclarece exatamente aquilo que precisa ser analisado para ser aprovado. E aí papel vai, papel vem...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– E nada acontece.

O SR. PAULO ROBERTO FARIAS FALCÃO – E nada acontece.

Eu queria dar um exemplo aqui do Espírito Santo, onde tivemos uma atuação muito mais presente. O Espírito Santo teve 55 Municípios em estado de emergência, e nós deslocamos uma equipe para lá. O General Adriano inclusive já solicitou que eu colocasse à disposição um técnico para ir ao Estado, se for necessário, para ajudar, como nós ajudamos no Espírito Santo, a elaborar esses planos de trabalho.

O Governo do Estado capitaneou isso, lá no Espírito Santo, inclusive contratou algumas empresas para ajudar os Municípios a fazerem esse levantamento e a elaborarem esses planos de trabalho de forma correta, e nós conseguimos, em três semanas, se não me engano, analisar e aprovar, ou não, 52 planos de trabalho no Espírito Santo. Isso é...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Já fica combinado aqui que vão os técnicos do Ministério, para dar o apoio necessário.

O SR. PAULO ROBERTO FARIAS FALCÃO – Isso. O Secretário já nos deixou de prontidão; só é preciso acertar como vai acontecer; mas ele já solicitou que nós nos colocássemos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Já pode solicitar passagem para ele, para...

O SR. PAULO ROBERTO FARIAS FALCÃO – Para estar lá na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Isso.

O SR. PAULO ROBERTO FARIAS FALCÃO – Então, é isso.



Decidir se isso vai ser feito num único plano de trabalho via Estado, ou como o Espírito Santo fez: apesar de a Defesa Civil do Estado ter capitaneado, cada Município montou seu próprio plano de trabalho; passavam pelo Estado, a Defesa Civil do Estado e uma comissão que foi montada. Foi nomeada uma comissão só para cuidar disso, eles analisavam – nós já tínhamos dado o treinamento, passamos lá uma semana –, filtravam aquilo, demorou um pouco para chegar, mas, quando chegou, foi muito rápido.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É o caso, Paulo, de Nova Mamoré, por exemplo: nunca houve algo parecido. E é evidente que os servidores municipais não têm conhecimento do que fazer e como fazer nesse plano, porque é uma coisa nova. Daí a importância de o Ministério disponibilizar esse técnico para ir a Porto Velho, Nova Mamoré, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Costa Marques, para dar atenção, orientar os prefeitos e o Governo do Estado, a Defesa Civil do Estado, para que eles possam fazer um plano que esteja de acordo com o regulamento...

O SR. PAULO ROBERTO FARIAS FALCÃO – Que facilite a análise do técnico, porque, veja: infelizmente, devido à grande demanda de trabalho, os serviços públicos – todos sabem – têm déficit. Temos hoje 16 técnicos na Defesa Civil nacional para cuidar do Brasil todo. Não precisa fazer muita conta para saber que é pouco.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sem dúvida.

O SR. PAULO ROBERTO FARIAS FALCÃO – E nós não conseguimos ir a todos os eventos. E, geralmente, o que é analisado é apenas papel. Se a pessoa manda uma fotografia, por exemplo, de uma enchente, dizendo está tudo alagado, claramente se verifica que houve aquele incidente, mas você não identifica o dano. Porque, se ele pede um sistema de drenagem, mas mostra uma foto de uma rodovia alagada. Então, nesse momento, o técnico não tem como avaliar se houve realmente o dano, ou se não houve. Infelizmente isso é muito comum.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Nós conversamos muito com o General Adriano, e ele nos dizia: “Não vamos nos preocupar agora com reconstrução. Não dá para medir qual é o dano. Nós temos que esperar as águas baixarem para sabermos o que fazer”.

O problema, João, é que as águas baixaram e subiram novamente. E hoje, nesse momento, Guajará-Mirim e Nova Mamoré continuam isoladas pelas BR-425 e BR-364. Há aí uma discussão com relação de onde é que vem, qual é a causa, mas isso é também para *posteriori*, porque não dá para debatermos esse tema.

Vamos convidar, na semana que vem, alguém da Agência Nacional de Águas para debatermos esse assunto.

Eu conversava ontem com os técnicos de assessoria das usinas, e eles nos disseram simplesmente o seguinte: “Olha, o que nós estamos fazendo



está autorizado pela Agência Nacional de Águas e pela ONS”. Nós sabemos que tudo está sendo feito dentro da lei. Não há questionamento com relação a isso; nós sabemos disso. O que nós estranhamos é esse chamado repiquete, mas não é em função das chuvas. Houve o fechamento, segundo informação, de quatro comportas nas usinas de Jirau, o que fez com que subisse o rio e inundasse novamente a BR. Há quem diga que as águas não voltarão a ser como antes.

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Não, natureza, não. Talvez, no ano que vem... (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Talvez nós tenhamos problemas mais constantes com relação às enchentes do Rio Madeira.

Nós precisamos dar uma resposta, e a população aguarda ansiosamente. E tenho certeza de que, através do trabalho da Defesa Civil dos Municípios, do Estado e da União... Aqui, mais uma vez, temos de reconhecer o trabalho do General Adriano e da sua equipe – foi fantástico –, através do Exército, da Aeronáutica. Foi um trabalho importantíssimo.

Passo a palavra ao representante do Ministério da Pesca, Dr. Henrique Gonçalves de Almeida, com uma pergunta. A Mesa pergunta: qual será a proposta para a reconstrução daquilo que compete ao Ministério da Pesca? E uma preocupação. O seguro defeso foi anunciado pela Presidenta Dilma por três meses, e foi publicado no último dia 4 para um mês somente. Ainda há enchente, as coisas não estão acontecendo, as pessoas não voltaram para casa, não começaram a pescar, não vão começar a pescar nos próximos dois meses mais. Então, fica esse questionamento que me foi feito por várias pessoas ontem e hoje: por que um mês apenas do seguro defeso, que ainda não chegou às contas dos pescadores de Rondônia?

Concedo a palavra ao nosso amigo Henrique Gonçalves de Almeida.

O SR. HENRIQUE GONÇALVES DE ALMEIDA – Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador Acir Gurgacz, na pessoa de quem cumprimento toda a Mesa.

O período de defeso no Estado de Rondônia é compreendido entre os dias 15 de novembro e 15 de março. Então, por que prorrogamos inicialmente apenas por 30 dias?

A Lei Nacional do Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura, Lei nº 11.959, de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, estabelece em seu art. 2º, inciso XIX:

XIX - defeso: a paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes.

E há outra instrução normativa que nos remete à normatividade dessa lei, que nos permite apenas, em casos de calamidade pública, em casos de



desastres naturais, etc., a prorrogação por apenas 30 dias. Por isso, inicialmente foi feito para apenas 30 dias.

Agora, o sistema de ordenamento pesqueiro, hoje, desde a criação do Ministério da Pesca, é feito em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente. Então, qualquer ato que seja de ordenamento, como a paralisação, que foi o caso, é em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, o qual nos tem atendido prontamente. Tem havido um esforço concentrado tanto do Ministério da Pesca quanto do Ministério do Meio Ambiente, para dar prioridade a essa ação no Estado de Rondônia.

Então, nós não poderíamos, inicialmente, prorrogar por 90 dias de modo direto. Foi prorrogado para 30 dias, e nós já estamos trabalhando para poder prorrogar por mais dois meses. Então, está havendo esse esforço concentrado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Já está havendo esse trabalho?

O SR. HENRIQUE GONÇALVES ALMEIDA – Já houve diálogo com o Ministério do Meio Ambiente nesse sentido, para prorrogar por mais dois meses.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Certo. A Marina Gomes, presidente da Colônia de Pescadores de Porto Velho, tem-me cobrado insistentemente. E, hoje, por várias vezes. Então, fica aqui a resposta para a Marina Gomes, a questão da possibilidade de prolongar por mais dois meses. Não é, Henrique?

O SR. HENRIQUE GONÇALVES ALMEIDA – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Isso é uma certeza ou é uma possibilidade?

O SR. HENRIQUE GONÇALVES ALMEIDA – Já houve a articulação com o Ministério do Meio Ambiente, e estamos dependendo de dados técnicos. Tenho conversado diariamente com o superintendente da pesca no Estado de Rondônia, o Gilvan, que está empenhado também em nos mandar todas as informações técnicas de que precisamos, para nos subsidiar nas publicações desses atos normativos. E tenho mantido contato também com vários presidentes de colônias de todo o Estado para saber como está a situação, como está evoluindo a baixa também da água.

Então, a instrução normativa que prorrogou por 30 dias, a partir do dia 15 de março, foi a Instrução Normativa nº 1, de 3 de abril de 2014. Agora, como acontece esse processo?

O Ministério da Pesca, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente, decreta o período de defeso, como decretou, e quem faz o pagamento é o Ministério do Trabalho, através dos recursos do FAT.

No entanto, o Ministério do Trabalho não tem o recorte que nós do Ministério da Pesca temos do registro da pesca. Hoje, nós temos cerca de 7 mil pescadores em todo o Estado de Rondônia, e nós temos esse recorte por Município. No entanto, o Ministério do Trabalho, para poder fazer o pagamento do



seguro defeso, não tem esse recorte por Município. Então, nós estamos trabalhando...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– É porque não são todos os pescadores do Estado; são os daquelas regiões que foram atingidas.

O SR. HENRIQUE GONÇALVES ALMEIDA – Exatamente.

Inclusive, a publicação do seguro defeso foi apenas para as cidades de Porto Velho, Nova Mamoré, Rolim de Moura e Guajará-Mirim. Então, nessa nova prorrogação que nós vamos fazer, nós temos de fazer contato com todos os presidentes de entidades representativas de classe, para saber se eles estão sendo atingidos e se eles têm interesse também em prorrogar o defeso, porque há alguns Municípios que não têm interesse em que se faça a prorrogação do defeso. Para eles, é melhor continuar pescando. Por isso também, ainda não foi publicado por mais dois meses, porque a gente tem que ouvir também a categoria. E isso está evoluindo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Quando eles vão receber de fato? Porque até agora ainda não receberam nem esse primeiro mês.

O SR. HENRIQUE GONÇALVES ALMEIDA – Na segunda-feira já

está marcada reunião com o Ministério do Trabalho, para podermos auxiliá-los nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Quanto tempo você acha que podem esperar os pescadores para receber?

O SR. HENRIQUE GONÇALVES ALMEIDA – Eu não posso precisar

tanto a questão de tempo, porque depende do Ministério do Trabalho, mas o Ministério da Pesca e o Ministério do Meio Ambiente têm auxiliado o máximo possível o Ministério do Trabalho para poder...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– São 10 dias, 15 dias?

O SR. HENRIQUE GONÇALVES ALMEIDA – Eu não poderia

precisar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Ou mais um ano?

O SR. HENRIQUE GONÇALVES ALMEIDA – De forma alguma.

Assim como nós identificamos e, em menos de um mês, publicamos a prorrogação do seguro defeso, que depende do Ministério da Pesca e do Ministério do Trabalho, acredito que o Ministério do Trabalho também esteja sensível à causa – não tenho dúvidas –, para que saia o mais rápido possível, porque a nossa prioridade hoje, do Governo, dos órgãos envolvidos, é de que se atendam os Estados que estão em emergência, como aconteceu no Estado do Acre e também está acontecendo em outros Estados. Então, essa é a nossa prioridade. Mas não tenho dúvidas de que o Ministério do Trabalho está envidando esforços para atender o mais rápido possível.



Então, foram atendidos inicialmente com o seguro defeso 5.746 pescadores. E nós estamos trabalhando também com o atendimento, o auxílio, o fornecimento de cestas básicas para essas famílias de pescadores. Então, está havendo uma parceria da Superintendência da Pesca no Estado, juntamente com o Governo do Estado também, para nos auxiliar na logística para fazer a entrega dessas cestas básicas.

Com relação às infraestruturas, já foram identificadas também algumas infraestruturas que foram danificadas. Agora, como já foi colocado aqui, para podermos reconstruir, é necessário esperar que os níveis de água baixem, para podermos fazer todo o laudo técnico, identificar o que pode ser feito, o que pode ser modificado também, mudar de lugar, para atender essas comunidades.

Muito obrigado.

Se houver mais alguma pergunta, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Tenho.

Com relação à hora/máquina, para que os nossos produtores de pescado através de tanques, que sofreram... Quer dizer, as barragens se romperam, os tanques desapareceram. Então, há necessidade de reconstrução dos tanques que havia nessas cidades à beira dos rios. Existe essa possibilidade ou disponibilidade de equipamentos – o que entendo ser mais difícil – ou o pagamento de horas/máquinas – o que pode ser levantado pelos Municípios?

O SR. HENRIQUE GONÇALVES DE ALMEIDA – Perfeitamente. Nós temos hoje essa ação orçamentária no Ministério da Pesca, aluguel de horas/máquinas, para a construção de tanques para aquicultura. Então, não há nenhum empecilho; inclusive o Siconv (Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal), para poder lançar as propostas, está aberto. Agora, para poder fazer esse processo, acredito seja necessário fazer a identificação, porque tem que ser apresentado um projeto técnico, com dados, porque vai ser analisado tecnicamente, mas não tenha dúvida de que os Estados atingidos por esse tipo de desastre natural serão prioritários para nós.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Então, é possível que haja contratação de horas/máquinas para reconstrução, desde que se tenham, lógico, todos os dados, tudo o que se tenha de ser feito, como muito bem explicou o Coronel Caetano e também o Paulo.

Agradeço as suas colocações, Henrique, e passo a palavra agora ao Engenheiro Roberto Borges da Silva, do DNIT, que é o órgão que mais está sendo cobrado neste momento, em função do que aconteceu, da situação atual da BR-364, da BR-425 e da BR-421 também, que é uma rodovia federalizada, e nós estamos trabalhando para incluir no PAC 3 a pavimentação de Nova Mamoré, passando por Campo Novo, Buritis, chegando a Ariquemes. É uma necessidade da população de Rondônia, principalmente para quem mora em Nova Mamoré, Buritis, Campo Novo e Guajará-Mirim. É uma estrada muito importante. Então, acredito que o DNIT é o departamento que mais tem sido cobrado neste momento



com relação à definição do plano de emergência existente para atender a população de Rondônia nessa região.

O SR. ROBERTO BORGES FURTADO DA SILVA – Boa tarde, senhores e senhoras. Senador, eu o parabenizo aqui por este encontro, como diz o Coronel Caetano, de integração, necessário.

O DNIT vem, ao longo desse tempo aqui, já estava desde o começo, como a gente faz todo ano, fazendo a programação para manutenção das rodovias. Tivemos, até recentemente, o fechamento do nosso Plano Nacional de Manutenção Rodoviária, juntamente com todos os nossos superintendentes locais que atuam, no caso de Rondônia, em Rondônia e no Acre, que, por enquanto, têm uma superintendência única.

A gente sabe da dificuldade neste primeiro momento. A ação da Defesa Civil é extremamente importante, além da do DNIT, que agora também só tem condição de efetivamente agir, no caso da reconstrução, quando o nível da água baixar. Já estava prevista para a segunda quinzena uma vistoria com o pessoal técnico, inclusive contratado, para a gente poder identificar as prioridades, verificar as rodovias...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Já estão contratados os técnicos?

O SR. ROBERTO BORGES FURTADO DA SILVA – Nós já temos os técnicos, porque toda a rodovia já está coberta com relação a contratos. Nós já tínhamos contratos dando manutenção rotineira à rodovia, alguns deles de maneira funcional, tapando buracos, fazendo a roçada; outros, onde a intervenção era maior, de reconstrução. E acabamos também, como todo mundo, sendo surpreendidos. Muitos desses contratos não abrigavam realizar serviços que terão de ser feitos; não tinham a estrutura contratual para serem realizados. Por isso, agora, nós vamos a campo de forma emergencial. Essa é uma determinação da Direção-Geral do DNIT, do General Fraxe, para fazer isso. E está sendo feita agora; estava combinado para a próxima semana, nesta segunda quinzena. As águas voltaram a subir, e estamos com 20cm a 25cm mais ou menos de lâmina d'água hoje na rodovia, o que já foi aqui devidamente colocado. Então, estamos esperando.

Se, na próxima semana, não abaixar, não acabar de sair, vamos continuar fazendo esse levantamento do que vai ser necessário para a gente intervir. O órgão vai intervir. Nós vamos colocar, vamos levantar para poder ver problema de *grade*. Em alguns lugares, temos problemas de *grade*. Já houve alguma reunião na qual a Aneel, o próprio pessoal da ANA... Parece que o pessoal da concessionária já tinha um plano de elaboração por conta desse nível de cotas, e ficaria por conta deles aportar recursos para a gente poder fazer o alteamento do nível desse *grade*. Enquanto isso, o DNIT tem feito, tem trabalhado para realizar os encontros e chegar às balsas. Foi feita a reconstrução de algumas pontes que foram elevadas por completo. Fizemos a reconstrução, a realocação



de alguns bueiros, para dar vazão à rodovia, principalmente na 364 e na 425, que é o nosso foco importante.

Agora, nós estamos dependendo, efetivamente, de a água sair realmente do leito estradal, para que possamos, já com a equipe que nós temos locada em Rondônia e com o pessoal das empresas contratadas, ir a campo e fazer o levantamento do que é necessário efetivamente; o que dá para restaurar e voltar ao estado normal, e aquilo que, em muitas partes, vamos ter de reconstruir, porque realmente foi levada por inteiro a rodovia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – De fato, eu estive em Nova Mamoré, com o Prefeito Laerte, na semana passada, e nós constatamos, evidente, a presença do DNIT, fazendo o serviço emergencial para dar passagem, em primeiro lugar...

O SR. ROBERTO BORGES FURTADO DA SILVA – Dar trafegabilidade ao pessoal.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É, dar trafegabilidade nesse primeiro momento. Mas é importante realmente esse projeto para que possamos evitar futuros – não sabemos se haverá novas enchentes e quando haverá. O *grade* da 364 foi levantado cinco metros, mas não foi o suficiente; é necessário, pelo menos, mais 1,5m.

O SR. ROBERTO BORGES FURTADO DA SILVA – A gente, agora, vai ter de estudar o quanto é, porque realmente uma cheia dessas, recorrência mais de 100 anos, que teve e pegou todo o Estado de surpresa. Ninguém previa que poderia acontecer algo desse porte. E, realmente, a rodovia não é uma rodovia-barragem; não foi feita para isso.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sem dúvida, não é uma barragem.

O SR. ROBERTO BORGES FURTADO DA SILVA – Não é uma barragem e, realmente, com o volume de água, tanto tempo submersa, a estrutura da rodovia realmente foi afetada em grande parte dela. E nós vamos ter de trabalhar nesse estudo – não para evitar, porque não se sabe o que acontecerá lá para frente novamente; tomara que não aconteça algo dessa natureza –, mas para se conseguir fazer com que a rodovia consiga manter-se caso tenha uma recorrência na mesma proporção.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Ou seja, enquanto não baixarem as águas completamente, não dá para se fazer esse levantamento.

O SR. ROBERTO BORGES FURTADO DA SILVA – Não temos como fazer esse levantamento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – De fato, é necessário aguardar a baixa das águas – não é, Prefeito? E ninguém esperava esse repique – que chama – inexplicável.

O SR. ROBERTO BORGES FURTADO DA SILVA – Exatamente, tanto que a programação era de, na semana que vem, fazer esse levantamento



junto com os técnicos, e a gente não sabe se vai ter condição justamente por conta desse repiquete.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Então, nós estivemos, no DNIT, pela manhã, com o Prefeito, e ficou mais ou menos combinado que o Fabrício...

O SR. ROBERTO BORGES FURTADO DA SILVA – Fabiano.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – ... que o Fabiano, que é o gerente...

O SR. ROBERTO BORGES FURTADO DA SILVA – É o superintendente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – ... é o superintendente do DNIT Rondônia e Acre – acertei agora? –, vai nos acompanhar na semana que vem, em Nova Mamoré, para ver essa reconstrução, e nós vamos estar juntos para acompanhar esse trabalho todo.

Eu passo a palavra para o João Luiz Guadagnin, que sempre está aqui conosco debatendo os temas importantes do MDA. Agradeço mais uma vez a sua presença, João.

E quero fazer uma pergunta, entre tantas, claro: como o MDA está pensando em nos ajudar? Mas há uma questão pontual, que tem afetado não só Nova Mamoré, não só Guajará-Mirim.

Eu tenho conversado com o Ministro sobre a questão de fazermos uma ação, como foi feita com as máquinas que vão ser entregues agora. Por exemplo, 45 caçambas, que vão fechar o *kit* no Estado de Rondônia, dia 23/05, em Ji-Paraná, na Rondônia Rural Show, que não tem show, mas só um trabalho de agricultores. E o MDA tem uma presença forte nesses trabalhos.

Mas nós comprarmos e deixarmos à disposição dos Municípios tubos ármicos, para que nós possamos reconstruir os bueiros e pontes.

Em vez de repassarmos a verba, fazer como foi feito com as máquinas: fazer compras, uma compra grande. Isso facilita a prestação de contas dos Municípios e facilita muito mais na economia. Foi feita a economia de aproximadamente – eu acompanhei de perto – 50% do preço das máquinas, que foram compradas no global, pelo Ministério, e foram distribuídas pelos Municípios.

Como é que nós podemos fazer?

E eu peço que a gente faça um estudo.

Na compra desses tubos, o problema é dimensionar quantos tubos de um metro, quantos tubos de dois metros, quantos tubos de três metros, para atender os Municípios. Isso é importante.

Nós não podemos mais, como fazíamos no passado, passar a motosserra numa árvore oca, deitá-la e colocar para fazer de bueiro. Isso está proibido. O Ministério do Meio Ambiente... Aliás, existem leis. Não é uma questão do Ministério; é questão de governo.

Então, nós não podemos mais serrar castanheira para fazer tábua para ponte.



O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Já serramos muito, não é?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Já, no passado.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Particularmente em Rondônia, não é?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Em Rondônia, serraram muito para dar passagem. Não tinha outra madeira para fazer a ponte. Era a castanheira; não podia ninguém mexer. O Incra autorizava. “Vamos fazer uma ponte”. A castanheira estava derrubada, ela ia apodrecer. Já que ela estava derrubada, era usada para fazer pontes.

Não temos mais. Não queremos mais que aconteçam derrubadas de castanheiras. Então, a alternativa é comprarmos grande quantidade de tubos armícos. Eu falo em armíco como modo de dizer, mas há vários tipos. Agora tem até de plástico também, PVC. Tem várias alternativas, mas que fique aqui tanto para o MDA quanto o Mapa. Os dois ministérios podem nos auxiliar a fazer esse trabalho. É integração também.

O importante é essa integração que está acontecendo aqui, hoje. Nós temos DNIT, Mapa, Pesca, MDA, Integração, enfim. Esse é o intuito.

Só para pontuar essa questão.

Concedo a palavra ao Sr. João Luiz Guadagnin.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Boa tarde, Senador. Boa tarde, companheiros de governo e pessoas que estão assistindo a esta reunião.

Para nós, é muito importante o Estado de Rondônia, porque por todo o Estado encontramos casos de sucesso: agricultores, pequenos agricultores que se transformam em pessoas que vivem bem, como se deseja. Quer dizer, o desejo do Ministério do Desenvolvimento Agrário e dos ministérios que estão aqui é que as pessoas sejam felizes. E eu acho que em Rondônia, em grande parte, a gente está atingindo esse objetivo.

É lógico que o fato, fato grave que aconteceu, inesperado, essa enchente extraordinária, momentaneamente e ainda, infelizmente, por algum tempo, diminui esse grau de felicidade das pessoas. Na verdade, nós temos gente lá passando muita dificuldade, não é?

Concretamente, indo ao ponto que o Senador levanta, o nosso pessoal da área de planejamento e orçamento está avaliando a rubrica orçamentária em que isso pode ser colocado.

Uma das dificuldades que o Ministério tem... Nós temos recursos orçamentários para a compra de máquinas, por exemplo, caminhões, caçambas, aquele trabalho que é muito bem feito, mas não está no nosso orçamento apoiar a reconstrução de estradas. Creio que esteja – por isso, aponte para o Paulo.

Mas o Ministério da Integração, na Defesa Civil, nós temos que trabalhar em parceria. Nós estamos, junto com o Ministério da Agricultura e o de Integração Nacional, com o DNIT, vendo como...



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Faltou citar aqui o Ministério do Meio Ambiente, que também tem a sua responsabilidade, para nos ajudar a reconstruir os bueiros e as pontes sem usar as madeiras.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Isso. Facilitando, inclusive. É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Então, é um ministério que pode nos ajudar também.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Outro ministério importante é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, não é? Numa porção de ações, nós trabalhamos juntos. E, possivelmente, para a pequena agricultura, o fornecimento de sementes, de pequenos animais, a reconstrução da capacidade produtiva dos agricultores também passa por uma ação de fomento.

Então, essa parte de como apoiar os Municípios nós precisamos discutir internamente, dentro do Governo, para verificar onde temos espaço orçamentário e legislação que nos ampare.

Agora, a orientação do Ministro Rossetto é esta: que se encontre uma forma de ajudar. Essa é a intenção.

Outras ações que o Ministério tem feito, muito rapidamente: primeiro, logo que o problema começou, os bancos, tanto o Banco do Brasil quanto o Banco da Amazônia, também em algumas áreas, o Bansicred, foram orientadas no sentido de recepcionar as demandas dos agricultores para postergação dos pagamentos. Então, hoje não há nenhum agricultor de Rondônia que tenha operações vencidas ou vincendas sendo cobradas pelos bancos; ou seja, essa operação já é cautelar: já existe esse cuidado para evitar que ele perca do crédito.

A outra ação é para aqueles que têm condições – necessidade e capacidade de pagamento; é para os pequenos agricultores. Nós temos uma linha de crédito que é o Pronaf Grupo B – nós já discutimos aqui com o Senador Acir; o microcrédito, que é um volume de recursos pequenos, mas, a quem está recomeçando, pode auxiliar bastante, de R\$2,5 mil, dois anos de prazo, 25% de bônus – ele paga só 75% do que recebe, juros de apenas 1%. Então, essa linha está aberta e à disposição dos pequenos agricultores.

A nossa delegacia lá no Estado tem trabalhado junto com os agentes financeiros, com o pessoal da extensão rural no Estado, no sentido de fazer com que aqueles que têm necessidade e capacidade de pagar acessem esse crédito.

O número de agricultores familiares que têm crédito em Rondônia e nessas regiões afetadas é muito pequeno por dois motivos que o Senador conhece bem: um, a questão da legalização das áreas, do título, da regularização fundiária. Infelizmente, grande parcela dos atingidos são ribeirinhos, posseiros, pessoas outras, inclusive, em assentamentos do Incra que ainda não têm título da terra. Isso dificulta o acesso às linhas de crédito. Os agentes financeiros têm uma resistência razoável em conceder crédito para quem não é proprietário da terra.



O outro motivo é uma ação em que precisamos das prefeituras, do prefeito, dos órgãos de assistência técnica para fornecer a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento de entrada em todas as políticas do MDA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– E não precisa ter o documento da terra, não é?

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Nada. O meeiro, o posseiro, o arrendatário, o ocupante de área pública....

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– No ano passado, nós conseguimos avançar nessa questão. Não precisa.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Sem dúvida. Não há necessidade. Então, conceder a DAP para os agricultores é uma primeira condição, e muitas das cerca de 6 mil unidades familiares de produção que foram atingidas ali no Estado ainda não têm esse documento, porque são pessoas que ou conhecem pouco, e com alguma parte nós temos pouca comunicação...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Mas onde se consegue esse documento, João, só para explicar?

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – No Escritório de Assistência Técnica e Extensão Rural; a Emater/Rondônia fornece isso; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o sindicato rural também fornecem isso de forma gratuita. É um documento rápido de ser obtido, fácil de ser obtido...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– A prefeitura... Estou perguntando porque a prefeitura pode auxiliar...

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – A prefeitura, não, mas pode facilitar. O secretário municipal de agricultura que conhece isso bem, o prefeito e os demais prefeitos que estão assistindo a esta reunião. Basta procurar o pessoal de extensão rural, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou o sindicato rural para obter esse documento em minutos.

Com isso, ele tem facilidade para obtenção de todas essas linhas de crédito, tem facilidade eventualmente de ter seguro. Depois, na medida em que ele faz o crédito, passa a ter um seguro, passa a ter um seguro de preço; quer dizer, outros mecanismos atrelados. E também pode oferecer a produção excedente tanto para o PAA quanto para o PNAE, o programa de merenda escolar que as prefeituras têm desenvolvido muito bem no Estado.

Então, esse esforço nós precisamos fazer juntos. Há espaço para isso.

As demais linhas de crédito estão abertas também. Para agricultores de maior renda, nós temos créditos com prazo grande, com juros baixos. Agora, há grande dificuldade de concessão, porque – infelizmente eu não sei precisar, não sei se o Coronel Caetano tem isso – seguramente a maior parte desses agricultores não estão regularizados, os atingidos. E isso é um entrave para o desenvolvimento. Quer dizer, uma das ações que talvez devêssemos ter em conjunto com a Defesa Civil é tentar estabelecer, já que se estabeleceu a crise... Nós estamos numa situação de dificuldade. Um dos “dificultadores” para que



superemos a dificuldade é o acesso às políticas públicas que existem, e isso passa pela regularização fundiária. Quer dizer, nós teríamos, talvez junto com a delegacia do MDA, com o Incra, com o Instituto de Terras do Estado, que estabelecer um programa de priorização na regularização fundiária desses agricultores. E, lógico, aí por orientação da Defesa Civil estadual e da Defesa Civil nacional, àqueles que estão em áreas de muito risco, que não se dê o título e que se estimule para que eles saiam. Em parte, o fato de ele não ter o título, nessas situações, é até favorável. Quer dizer, que se tente – e aí o apoio do Incra é fundamental.

Há uma porção de lotes abandonados e uma porção de assentamentos seguros no Estado. Talvez a gente devesse junto colocar no plano uma forma de realocar esses agricultores para outras áreas, mesmo que longe do Município onde eles estejam localizados hoje. Infelizmente, em alguns casos, talvez isso aconteça; quer dizer, em outro Município, não seguindo a orientação que, eu sei, é da Defesa Civil, mas, enfim, retirá-los daquela área de risco, porque muitos desses agricultores, ribeirinhos, pescadores estão em uma área de muito risco, e, se permanecerem ali, mais cedo ou mais tarde, novamente teremos dificuldades.

Então, essa é a nossa proposta de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Nós temos, em Nova Mamoré, 12 assentamentos do MDA. Então, Nova Mamoré praticamente é formada por assentamentos, todos agricultores familiares, que dependem de uma ação direta do MDA. E, para a regularização fundiária, fica aqui essa priorização, para que se coloque no plano...

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Não, internamente, nós temos trabalhado. É uma das preocupações que devemos ter para o próximo Plano Safra, uma das coisas que devemos ter...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Coronel Caetano, essa colocação que faz o João aqui é a seguinte: é para colocar no Plano de Reconstrução a prioridade para a regularização fundiária...

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN (*Fora do microfone.*) – Dessas áreas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Dessas áreas, evidente.

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – A gente fez a recomendação bem pontual, Sr. João, essa informação, apesar de não sermos técnicos nessa e termos o conhecimento junto com os técnicos de lá, que participam... É aquele sistema de... Por exemplo, em São Carlos, distrito de Porto Velho, que serve para Nova Mamoré, existe, hoje, um sistema de agrovilas, mas é preciso forçar esse cadastramento. Esse cruzamento de informações é muito precário ainda. Entre nós, imagina...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Não, o que está sendo pedido é apenas para colocar como prioridade.



O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Não, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Prioridade para a regularização fundiárias as pessoas atingidas.

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Isso. É a mesma questão das casas. Quem vai ocupar as 4 mil casas de Porto Velho em julho? A prioridade, a lei permite isso, independente do conceito que existia antes da construção da habitação, agora, a prioridade são os desabrigados; da mesma forma será...

E, sobre essa questão que o senhor falou dos ribeirinhos que têm de sair realmente de alguns lugares que são áreas de risco, o sistema de agrovila é perto ali; vai ficar mil metros de onde ele está, mas numa condição muito mais segura, numa cota mais alta. Eu acho que foi muito boa a sua colocação nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Nós temos produtores, João, que perderam tudo, toda a produção. Como ajudá-los?

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Bem, veja: uma das ações que fizemos há não muito tempo atrás, quando uma grande enchente aconteceu na Região Norte, especialmente no Amazonas, Acre e no Pará, foi uma linha emergencial de crédito. Todas as ações com linha emergencial de crédito resultaram, infelizmente, em agricultores inadimplentes, porque o crédito rural, quando não é usado para produção, é usado para suprir deficiências a que o agricultor não deu causa; mas, enfim, não gera renda. A gente acaba fazendo com que esse agricultor tenha o crédito, resolva imediatamente uma dificuldade que ele tem, mas, depois, ele não acessa mais a linha de crédito. Então, o que a gente precisa trabalhar?

Primeiro, que os agricultores que não têm crédito acessem o crédito, porque em grande parte desses, o levantamento que fizemos junto ao Banco do Brasil e ao Banco da Amazônia, para que pudéssemos participar da reunião indica que, dos 6 mil, menos de 10% – eles não conseguiram fechar esse número –, parece que são 400 agricultores que têm crédito, dentre todos os atingidos pela enchente.

É muito pequeno. Então, o que é preciso? Esses nós vamos alongar: para os que não têm crédito, fornecer as linhas de crédito habituais. Não precisamos criar uma linha emergencial. E, claro, aquele que está numa área de risco não vai receber crédito. O problema da linha emergencial é que...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Ele tem de ser realocado.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Isso. É que a gente acabou reforçando o comportamento... Não vou adjetivar, mas, enfim, pelo fato de ele estar numa área de risco, nós acabamos dando crédito bom em cima de uma área



de risco. Resultado: veio a enchente de novo e, novamente, ele está com problema.

Então, precisamos trabalhar com a assistência técnica fortemente, com os agentes financeiros, fazemos reuniões nas localidades, com as prefeituras, com as secretarias municipais de agricultura, esclarecermos como funciona o crédito e alertarmos que aqueles que estão abaixo de determinada cota – isso é conhecido – não receberão crédito para aquelas áreas, enquanto não forem...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Área de risco não tem como.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Não tem como.

Agora, para os demais que estão em condições de obter crédito e seguir a vida, há linhas de crédito, desde um microcrédito pequeno, para começar, para os de menor renda, até linhas de crédito de maior volume. E nós devemos isso para os agricultores de Rondônia. O senhor sabe disso, e temos trabalhado bastante, especialmente para essas áreas. A quantidade de agricultores que acessam nossas políticas públicas é muito pequena.

Precisamos muito das prefeituras e da extensão rural oficial estadual. Eles desenvolvem um bom trabalho e, seguramente, já estão fazendo isto, ou seja, priorizar essas localidades para o fornecimento de crédito.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Há um desconhecimento amplo na nossa região de Rondônia, principalmente nos Municípios menores, de como acessar o crédito.

E, aí, deixo outra questão para tentarmos ajudar. Não seria possível deslocarmos um técnico do MDA, fazer um seminário lá em Porto Velho, chamando os prefeitos – nem vou dizer os prefeitos –, os secretários municipais de agricultura, para que esse técnico faça um trabalho de atendimento ou de atenção com o objetivo de orientá-los acerca do que fazer para levar o crédito ao agricultor?

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Sem dúvida. Estamos em via de lançar um Plano Safra nacional, agora na última semana de maio. Provavelmente, a Presidenta Dilma fará o lançamento do Plano Nacional de Agricultura Familiar, assim como da agricultura patronal, já que os planos agrícolas deste ano serão lançados mais cedo. Logo depois, faremos o lançamento do Plano Safra da Região Norte. Pela primeira vez, teremos um plano específico da Região Norte, inclusive para contemplar essas particularidades que aconteceram especialmente em Rondônia, no Acre e agora estão chegando ao Amazonas, que são as enchentes.

Antes, ou até depois, do lançamento do Plano Safra, provavelmente no mês de julho, faremos – fazemos isso todos os anos – uma reunião técnica. Em Rondônia, normalmente em Porto Velho, reúnem-se mais de 100 pessoas, coordenadas pela nossa delegacia. O compromisso que assumo aqui publicamente com todos é de que realizaremos pelo menos dois encontros: um na



capital e um em uma cidade polo mais ao centro do Estado, quem sabe, para que façamos este esclarecimento com calma: o que é o Plano Safra, como acessar o crédito, quais são os compromissos que o agricultor tem, como ele deve ser tratado pelo banco.

Uma das dificuldades que encontramos em regiões pioneiras é que os bancos, às vezes, por excesso de zelo – e não estou falando nem de um e nem de outro banco; varia de uma agência para outra...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – O sistema financeiro.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – O sistema financeiro tem medo. E esse medo faz com que ele freie a concessão de crédito além daquilo que seria razoável. Quer dizer, que haja um filtro, que o produtor comprove que tem garantias, que tem capacidade de pagamento, é o normal no crédito, mas esse cuidado, esse zelo em algumas situações é exagerado. Por isso, em alguns casos em Rondônia, nós devemos aos agricultores familiares. Os agentes financeiros devem mais ainda. Em vez de os agricultores estarem devendo para o banco, é o banco que deve para eles.

Acho que essas conversas – os bancos seguramente têm essa disposição de estar junto, têm interesse em fazer negócio – podemos estabelecer. A partir do dia 15 de julho, eu me comprometo a marcar uma data.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Fica como encaminhamento.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Entro em contato com sua assessoria, para que façamos pelo menos duas reuniões, uma na capital e uma em outro local que vamos definir conjuntamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Reunião de trabalho...

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Reunião de trabalho, dia inteiro, bancos junto, emissores de DAPs, sindicatos (patronal e rural), Emater, ONGs que trabalham com desenvolvimento rural, para tratarmos de crédito, de seguro, das condições para acessar crédito, importância da adimplência. Há uma apresentação que fazemos, que gera muitos debates. São oito horas de trabalho em cada encontro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem. O Prefeito Laerte tem uma colocação para fazer ao João.

Por favor, Prefeito.

O SR. LAERTE QUEIROZ – João, é o seguinte: Nova Mamoré é um caso, creio, diferente de todos os outros do Estado de Rondônia, da situação de calamidade pública do Estado de Rondônia. Por quê? Porque a área atingida pelas enchentes de Nova Mamoré foi uma área pequena: foi o Distrito de Vila Murinho, que são 16, 18 famílias, e o Distrito de Araras, composto por 116 famílias. O dano maior causado pelas enchentes de Nova Mamoré foi o isolamento. Mamoré ficou 80 dias praticamente isolada, quando sua economia



ficou paralisada. Então, com isso, em todo o setor produtivo, tanto na área rural, como no comércio e na indústria, criou-se uma dívida muito grande, e hoje todos estão negativados; estão inadimplentes. E, provavelmente, mais de 90% dessa população, desses empresários e produtores, não terão acesso à linha de crédito justamente pela sua inadimplência, por estarem negativados. Dificilmente terão acesso.

O que se poderia fazer para ajudar essa parcela de produtores, tanto os produtores como todo o setor produtivo, para, de alguma forma, recomençar a economia do Município, dando acesso a esse pessoal, a esses produtores, à linha de crédito?

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Bom, primeiro, eu até gostaria de dizer que se, eventualmente, há agricultores nessa situação, não está correto. Os bancos têm um compromisso de resolver os problemas, porque houve um fato gerador, uma situação a que o agricultor não deu causa. Então, está amparado pelo Manual de Crédito o alongamento dessas dívidas. Custa-me crer que tanto o Banco da Amazônia quanto o Banco do Brasil tenham colocado na inadimplência agricultores.

O SR. LAERTE QUEIROZ – Mas não são só os bancos. A conta de energia venceu...

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Ah, sim!

O SR. LAERTE QUEIROZ – Entendeu? Hoje, você é negativado, às vezes, por R\$200,00...

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Por telefone celular.

O SR. LAERTE QUEIROZ –...porque não pagou a conta de luz. Isso impede que ele tenha acesso à linha de crédito, porque está incluído no Serasa. Hoje, o maior problema nosso é esse.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – O que podemos avaliar com os bancos, porque isso é possível, é o grau de flexibilização. O crédito rural... Creio que, em relação aos créditos também para a indústria e comércio, eles agiram desta forma: entenderam a situação e alongaram.

Quanto a essas outras dívidas – energia elétrica, telefone celular, ou algum outro compromisso com o comércio, que ele deixou de pagar –, é possível que os agentes financeiros desconheçam essa dívida, embora a norma os mande observar isso. Mas, na situação presente, é possível que eles façam vista grossa a isso.

Eu preciso estudar melhor essa situação, avaliar com os dois bancos. Comprometo-me a passar para a assessoria do Senador que tipo de comportamento os bancos estão adotando nessa situação. Está certo?

Não, claro, só o seu Município, mas para todo o Estado, diante dos fatos. Como os bancos agem quando alguém fica inadimplente lá na Casa São Paulo? Comprou uma camisa, não conseguiu pagar...

O SR. LAERTE QUEIROZ – E ele ficou inadimplente não porque quis, mas porque não teve alternativa, não teve como pagar.



O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Não tinha renda.

O SR. LAERTE QUEIROZ – Não teve renda durante esse período.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Vamos verificar isso e passar a informação.

O SR. LAERTE QUEIROZ – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, João.

Agradeço, mais uma vez a presença e as suas colocações.

Passo a palavra ao Sr. Marcelo Guimarães, diretor substituto do Departamento de Economia Agrícola do Ministério da Agricultura.

O SR. MARCELO FERNANDES GUIMARÃES – Boa tarde, Senador. Boa tarde, colegas de Mesa e demais participantes. Agradeço o convite e a iniciativa, a exemplo do que já havia ocorrido numa reunião que tivemos com a Deputada Marinha Raupp, para tratar também dessas questões. Foi extremamente produtivo.

Bom, eu queria iniciar dizendo que fui muito beneficiado pelas colocações do meu amigo Guadagnin, aqui, que já elucidou boa parte dos problemas e das dúvidas que poderiam permanecer em relação a essa questão.

Gostaria apenas de frisar essa característica muito forte da região, das dificuldades com relação à regularização fundiária, a uma caracterização muito forte também da agricultura familiar na região, principalmente nessas áreas onde ocorreram essas enchentes. De fato, isso mostra que boa parte dessas ações acaba ficando muito a cargo da ação do MDA, mas o Ministério está preocupado, está atento, vem participando. Já tivemos reuniões a esse respeito, mas, principalmente pela pujança agrícola que o Estado de Rondônia vem alcançando ao longo dos últimos anos, é uma nova fronteira agrícola importante para o País. Os números comprovam isso.

Então, dentro do ponto de vista do Ministério da Agricultura, alguns aspectos com relação a essa questão das enchentes, particularmente, foram levantados, e eu citaria aqui alguma preocupação do próprio setor de avicultura, que também vem crescendo bastante no Estado e que havia solicitado um atendimento por parte da Conab na questão do fornecimento de milho nas vendas de balcão. E me parece, segundo consegui apurar junto à Conab, que está sendo encaminhado para lá um lote de 3.400 toneladas de milho. Já deve ter chegado, agora no início de maio. Então, até onde eu sei, isso deve ter chegado lá.

Já que estou falando na Conab, outra ação de que tivemos informação é da distribuição de cestas de alimentos, não exatamente voltada à questão agrícola, mas é importante, é ação do Ministério, de uma coligada do Ministério, e me parece que, entre abril e maio, chegaram ao Estado 4 mil cestas de alimento.

Não foi isso, Coronel? Confirma? (*Pausa.*)

São 98 mil quilos de alimentos básicos.



Voltando à questão da agricultura, outro ponto que nos preocupa é o fato de que a enchente pegou o Estado de Rondônia exatamente no momento da vacinação contra aftosa. E criou-se uma dificuldade muito grande, por ser uma ação nacional, por parte dos entes federados. Por enquanto, evidentemente foi suspensão a vacinação no Estado, e contamos com o apoio do Idaron (Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia) para fazer esse novo levantamento, passá-lo ao Ministério, para vermos como vamos atuar.

Aí, seria junto à área de defesa. Sou da área de economia agrícola, mas estamos em contato permanente com eles, e, tão logo a situação se normalize e se encaminhe ao Ministério o número do rebanho disponível para vacinação, isso será conduzido, junto com o Idaron, pelo Ministério

Enfim, no mais, com relação à parte da produção, em si, apesar de ter sido uma calamidade, uma situação extremamente grave, como nunca se tinha visto, como o Coronel colocou aí, nos últimos 100 anos – também é a primeira vez que a gente tem ciência de uma situação como essa – mas, do ponto de vista da produção efetivamente, como eles são pequenos agricultores, produtores mais de hortícolas, produtos da agricultura familiar, não foi tão ruim. Do ponto de vista da produção expressiva, vamos dizer assim, de grãos, não temos informação de que tenha sido um impacto grande em termos de abastecimento de grãos e dos principais produtos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – O problema maior é a bacia leiteira, exatamente em Nova Mamoré; em Porto Velho, hortifrutigranjeiros e o setor pesqueiro, já que a pesca é muito forte. O que é mais grave para os Municípios são as estradas vicinais. É o grande problema e é onde o Mapa pode auxiliar os Municípios, ou seja, na reconstrução das estradas vicinais, que não é uma responsabilidade do Estado e nem da União. Não é o DNIT e nem o DER; é o Município, que não tem capacidade financeira para reconstruir as estradas vicinais, como o caso de Nova Mamoré, por exemplo.

O SR. MARCELO FERNANDES GUIMARÃES – É, desde que esteja na alçada do Ministério tomar essas ações. Temos a questão orçamentária aprovada, através das emendas parlamentares, mas eu não saberia dizer se poderia contemplar. A exemplo do que o Guadagnin colocou aqui, eu não saberia dizer. De qualquer forma, se for possível, evidentemente não nos furtaremos a colaborar na medida em que sabemos o quanto isso é importante para produção e para o escoamento da produção no Estado.

Então, como o Senador colocou, os maiores impactos acabam ficando fora da área do Ministério da Agricultura. Os pontos que nos tocam diretamente são a questão da atuação da Conab na venda do milho balcão para a avicultura local e para distribuição de cestas, como foi colocado, e mais a questão da vacinação contra a aftosa. Acho que esses são os pontos que eu teria a acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – E a vacinação está em pleno vapor? Como está?



O SR. MARCELO FERNANDES GUIMARÃES – Sim, está. Até onde eu sei, está indo bem. Só, claro, no Estado é que temos tido problemas e vamos esperar a normalização para então, em contato com o Idaron, ver o novo efetivo para a vacinação e o que pode ser feito para darmos início, então, à ação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – A informação que temos com relação à vacinação é de que está indo normal, claro, com atraso agora decorrente das dificuldades da enchente. Mas a vacinação está ocorrendo mesmo nessas áreas que sofreram...

O SR. MARCELO FERNANDES GUIMARÃES – Então, já regularizou isso.

O SR. LAERTE QUEIROZ – Nova Mamoré, pelo menos, está dentro do cronograma em relação à vacinação. A vacinação está acontecendo, e a previsão, já que vence dia 15 próximo, com certeza, estará tudo tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – E há uma preocupação grande nessas regiões porque ficam próximas à Bolívia, não é?

O SR. MARCELO FERNANDES GUIMARÃES – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Então, há uma preocupação do Estado e também dos produtores, do Idaron e do Fefa, de dar o apoio forte para que não haja atraso na vacinação contra A aftosa. Então, não há problema com relação à vacinação em Rondônia.

O SR. MARCELO FERNANDES GUIMARÃES – Ótimo, então, essa informação está mais atualizada do que a minha, porque eu soube que havia alguns problemas e que, com esses casos – talvez eu tenha me expressado mal – é que haveria contatos com o Idaron para saber efetivamente se, nessas localidades onde está havendo dificuldade para vacinação, como seria feito isso, e também o novo efetivo a ser vacinado. Mas, no restante do Estado, a situação é de normalidade. E, mesmo nessas áreas, então, é uma ótima notícia saber que está caminhando bem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Está caminhando bem, porque a preocupação é muito grande.

O SR. MARCELO FERNANDES GUIMARÃES – Sim, ali temos a fronteira seca com a Bolívia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Há uma concentração de esforços de todos para que haja a vacinação e não haja problema.

O SR. MARCELO FERNANDES GUIMARÃES – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Marcelo Guimarães, pelas suas colocações.

Registro a presença do Francisco Sobrinho, gerente técnico da Emater em Rondônia que participa desta audiência.

Pelo que nós entendemos, Coronel Caetano, há todo um trabalho que está sendo feito, organizado pela Defesa Civil estadual e federal, e



capitaneado, em sua administração, pelo Ministério da Integração, que é o principal responsável, é o ator principal, Paulo Roberto, na questão da aplicação dessas ações, enfim, para que não fique um ministério agindo de uma forma e outro, de outra forma. Então, está concentrado no Ministério da Integração.

Esse é o encaminhamento, Paulo Roberto?

O SR. PAULO ROBERTO FARIAS FALCÃO – Bem, eu acredito que sim. Boa parte das ações de reconstrução deve passar por nós. Como mencionei anteriormente, preocupam-me alguns tipos de intervenção, porque, realmente, nós precisamos conversar com outros atores até mesmo para, como disse, evitar uma demora maior no repasse de recursos.

Então, em vez de insistir naquele item dentro da Defesa Civil nacional, de repente, se a gente conseguir outro ator do Governo, um outro ministério que possa alocar recursos naquela ação específica, a gente consiga agilidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Isso, no caso de acontecer.

O SR. PAULO ROBERTO FARIAS FALCÃO – Sim, caso aconteça. Então, como eu disse, o Secretário já nos solicitou o encaminhamento de uma equipe para dar apoio.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Essa equipe, Paulo, é de fundamental importância.

O SR. PAULO ROBERTO FARIAS FALCÃO – Depois eu vou conversar com o Coronel Caetano, obviamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Eu entendo que o principal encaminhamento desta reunião hoje é essa equipe, para dar suporte aos prefeitos, ao governo do Estado nesse projeto de planejamento de reconstrução dos Municípios, enfim, de estradas, escolas, postos de saúde etc.

O SR. PAULO ROBERTO FARIAS FALCÃO – Existem alguns casos específicos, Senador, que, realmente, eu acho que ultrapassam um pouco até, como prédios públicos, Senador, obviamente da Receita Federal, do Tribunal Regional Eleitoral. Eventualmente, o melhor caminho não seja passar pela Defesa Civil nacional, mas, sim, alocar recurso federal no próprio orçamento desses ministérios, para que eles executem essas ações.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO ROBERTO FARIAS FALCÃO – Eu tenho uma rubrica de reconstrução. Mas boa parte do problema não é bem, reconstrução, pelo que foi apresentado. Existem muitas ações que estão no limbo... Ações mais de manutenção, entenderam? Houve uma destruição da ponte. Existia uma ponte velha, ela está danificada...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – As pontes de Rondônia, geralmente, não são velhas não; são pontes novas. Rondônia é um Estado jovem. São pontes de dois, três anos.



O SR. PAULO ROBERTO FARIAS FALCÃO – De forma geral, a gente vai avaliar, obviamente. Por enquanto, foi encaminhado um papel frio sem nenhum tipo de ilustração. A gente ainda não conhece a extensão do problema, mas é realmente importante a ida do técnico lá, pois, uma vez verificado *in loco*, tudo fica mais fácil. Quando se faz uma inspeção em campo, isso dá mais segurança para quem vai apoiar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Claro, mas a porta de entrada do Governo Federal são a Defesa Civil e o Ministério da Integração. É isso, Paulo Roberto?

O SR. PAULO ROBERTO FARIAS FALCÃO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – E o Ministério da Integração convoca os outros ministérios parceiros para fazerem uma ação...

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Essa foi a orientação que nós recebemos, inclusive, na reunião que o senhor estava – o senhor participou de parte dela – com a Presidência da República, dizendo que a interlocução é do Ministério da Integração. Inclusive, para corroborar com o que Paulo disse, esse pedido do plano de trabalho prévio, foi o General Adriano quem pediu para antecipar as ações. No Plano Integrado de Reconstrução de Rondônia, a Defesa Civil faz a interlocução, as ações são diretas nos Municípios, e vários ministérios vão, depois, futuramente, com assessoramento técnico, fazer ações diretas com os Municípios, mas é simplesmente para haver uma coordenação, uma integração. Falar em Ministério da Integração nos leva a pensar exatamente nisto, que é por onde entra a informação, dividindo para os afins aquelas missões. E é prévio. Esse plano de trabalho vai ser entregue novamente, validado. Inclusive vai passar pelo senhor, com certeza, pela Bancada Federal de Rondônia...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Eu gostaria fosse encaminhado aqui para a nossa Comissão, Coronel, para...

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Para que seja feito algum ajuste antes de ser...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Para que a gente possa também divulgar, porque esse plano é o nosso encaminhamento desta reunião.

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Nós vamos acompanhar pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária todas as ações com relação à reconstrução. A partir desta reunião, eu vou deixar aqui os técnicos da Comissão acompanhando isso. Então, é importante recebermos também aqui, na Comissão, oficialmente este plano, para que possamos acompanhar *pari passu* e também prestar informações aos demais Senadores, que estão sabendo, acompanhando, e nos ajudaram a formar esta reunião. Este



trabalho tem de ser feito em conjunto, assim como é feito o trabalho dos ministérios também.

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Com certeza.

Eu queria só esclarecer mais uma coisa, Senador. Existe um pouco de confusão sobre restabelecimento e reconstrução. Expliquei isso para o General Adriano hoje de manhã. Algumas famílias, por exemplo, em Guajará e Nova Mamoré, não estão na área principal de risco, vamos dizer. Foram afetados, porque o rio superou as cotas, mas não conseguimos retirar totalmente hoje, pela capacidade que temos de habitação, por exemplo, duas mil famílias da beira do rio. Alguns bairros são prioritários, os que estão mais próximos do rio; agora, houve até desbarrancamentos.

A verba para alguns pedidos de restabelecimento é destinada a consertar uma escola para que ela resista por seis meses, que é o tempo em que nós vamos discutir essa reconstrução. Eles poderão ficar mais seis meses nessa escola – vamos arrumar a escada, repintá-la, desinfetá-la, na fase de limpeza; ou seja, vamos restabelecer sua condição de escola, para que as crianças não fiquem sem escola, mas, daqui a seis meses, um ano, essa escola não vai mais existir. Essa é uma área de APP, e eles vão morar em outro local.

Não podemos confundir. Acredito que está havendo essa confusão no diálogo. Então, aquele pedido de verba para superar alguns problemas eventuais é porque não conseguimos hoje tirar todo mundo. Os que pudermos tirar já, agora, vão para as habitações já construídas, que devem ser entregues em julho.

No mais, é restabelecimento apenas, para não ficar parado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – E o aluguel também.

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – E a questão do aluguel também, que é provisório. É uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Paulo Roberto, qual é a solução para termos essa questão do aluguel imediatamente?

O SR. PAULO ROBERTO FARIAS FALCÃO – A questão do aluguel social?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – O aluguel social ou a bolsa aluguel?

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – O aluguel social. Conversei com o Wesley, com o General Adriano hoje...

O SR. PAULO ROBERTO FARIAS FALCÃO – Quem cuida do aluguel social no nosso departamento é o DAG (Departamento de Articulação e Gestão), através do Cenad (Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres), na verdade, que, depois, passa ao DAG.



Não tenho informações para dizer que empecilho está acontecendo, mas a gente se coloca à disposição para...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Leve como prioridade, por gentileza, Paulo, para que isso aconteça.

O SR. PAULO ROBERTO FARIAS FALCÃO – Isso. Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– E, claro, não podemos responder e resolver todos os problemas aqui nesta tarde, mas os encaminhamentos que aconteçam, depois, sejam encaminhados aos respectivos responsáveis, à Defesa Civil estadual, aos prefeitos, enfim.

Coronel.

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – O aluguel só foi tratado hoje de manhã na reunião. Nós entregamos já o PDR corrigido, sofreu uma análise, e ampliamos a questão do aluguel social por recomendação do próprio Ministério, da Secretaria Nacional. Isso já aconteceu em outros Estados, e nós precisamos da força daqui para conseguir acelerar um pouco esse processo. Isso nos ajuda muito nessa realocação das pessoas. É o paliativo provisório para reconduzirmos daí a reconstrução e entregarmos para as famílias o local mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito bem. Eu agradeço a participação, mais uma vez, do Coronel e pergunto se alguém da Mesa gostaria de fazer mais alguma colocação. *(Pausa.)*

Paulo? Laerte? Roberto? Henrique?

O SR. LAERTE QUEIROZ – Eu gostaria. Posso?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Prefeito Laerte, com a palavra.

O SR. LAERTE QUEIROZ – Bem, Senador, eu gostaria de, aqui, implementar até mais um pouco a necessidade, como o senhor disse, de um projeto pelo MDA, daqueles tubos, sejam de PVC, sejam de tubo armado, pela importância que tem um projeto desses para os pequenos Municípios. V. Ex^a conhece o meu Município muito bem. Nós temos lá 380 pontes de madeira.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Quantos quilômetros de estrada vicinal?

O SR. LAERTE QUEIROZ – São 1800Km de estradas vicinais.

E, dessas 380 pontes de madeira, no mínimo, 50, 60 ou até mais, por ano, nós temos sempre de recuperar, porque elas vão acabando, a madeira vai apodrecendo. E, hoje, mesmo que quisesse, mesmo que se fosse liberado, nós já não temos madeira mais para recuperar essas pontes anualmente, ou a cada três anos, a cada cinco anos.

Então, esse é um projeto realmente necessário, porque nós não teremos mais como continuar recuperando essas pontes. Já temos dificuldades hoje, e, a cada ano que passa, cada vez fica mais difícil. É um projeto muito importante para os Municípios, principalmente do Norte. E acho que não é só



Nova Mamoré, mas todos os Municípios têm o mesmo problema. Esse projeto é de fundamental importância.

Era só isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito obrigado, Prefeito.

Coronel, eu pediria que fosse colocada nesse plano de reconstrução a aquisição desses tubos para deixar à disposição das prefeituras municipais. Não é uma questão de liberar o recurso. É muito mais importante liberar o tubo do que o recurso, porque é muito mais fácil, para as prefeituras, receberem os tubos. Faz-se uma compra conjunta.

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Que são os bueiros, na verdade. Não, isso é perfeitamente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Então, eu peço que coloque isso no planejamento, para que possamos realmente dar uma virada nas questões das pontes de madeira, que, todo ano, são um grande problema, e, nesses Municípios, então...

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – E em outros Municípios também, em outros Municípios do Cone Sul, acontece isso aí gravemente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Onde aconteceu enchente o problema foi muito maior.

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Na Rodovia 364, em Cacoal, ela foi rompida por causa de dutos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Entre Cacoal e Pimenta Bueno. Foi embora.

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– É uma coisa impressionante. Precisaria, se fosse fazer com caminhão, de um mês de trabalho para tirar toda aquela terra que foi tirada em três horas de chuva forte que aconteceu ali entre Cacoal e Pimenta Bueno.

O SR. LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA – É verdade.

Será feito, Senador. V. Ex^a tenha certeza de que a gente vai...

O SR. LAERTE QUEIROZ – Nessas enchentes de agora, Senador, mais de 80 pontes nós já reconstruímos. No ano passado também, não sei se vocês se lembram, quando rodou lá a cabeceira do Rio Misericórdia e ficamos isolados também por uma semana, numa noite só, foram embora 42 pontes.

Então, vocês imaginam o quanto nós temos de problemas com essas pontes de madeira.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Então, fica aqui o encaminhamento, Coronel. É algo novo que tenho certeza de



que não estava na lista, mas que é importante para os Municípios, não só de Nova Mamoré, mas para outros também que enfrentam esse problema quando há enchentes na Amazônia.

Consulto se alguém mais gostaria de fazer alguma colocação. Senão, nós vamos encerrar a nossa reunião, agradecendo ao Ministério do Desenvolvimento Agrário a presença sempre aqui do João Gaudagnin, debatendo temas importantes para o Ministério e para a população; ao Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) a presença do Dr. Marcelo Guimarães; ao Ministério da Pesca, a presença do Dr. Henrique Gonçalves Almeida; ao Ministério da Integração a presença do Dr. Paulo Roberto Farias Falcão, que tem a responsabilidade maior aqui entre os ministérios. Como diz o Coronel Caetano, o nome integração já diz tudo, por si só. É o coordenador geral dessa ação importante de reconstrução dos nossos Municípios; ao Coronel Caetano, Coordenador Estadual de Defesa Civil de Rondônia, pela sua presença; ao Engenheiro Roberto Borges, do DNIT, por meio de quem faço transmitir ao General Fraxe o nosso agradecimento pela presença e pelo apoio sempre ao nosso Estado; ao Prefeito Laerte, que representa, aqui, hoje, os prefeitos municipais de Porto Velho, Nova Mamoré, Guajará-Mirim e os demais prefeitos do nosso Município; ao Hermézio, que é assessor da Deputada Marinha, aqui com a gente também; e, mais uma vez, ao Francisco Sobrinho, Gerente Técnico da Emater – Rondônia.

Espero que tenhamos trazido alguma coisa nova, Coronel e Prefeito!

E quero aqui colocar a posição nossa da Comissão. Nós vamos acompanhar todo o desenrolar e todo o trabalho que será feito, tanto pela Defesa Civil estadual, nacional, e o Ministério da Integração Nacional. Esta Comissão vai acompanhar isso e, semanalmente, nós vamos dar o boletim de informação aos nossos Senadores, que também nos cobram informações com relação ao nosso trabalho, o trabalho desta Comissão e o trabalho que os ministérios têm feito na reconstrução do Estado de Rondônia. Coloco, mais um vez, a importância de nós debatermos e analisarmos com profundidade qual foi o motivo desse repique que aconteceu agora com relação à enchente do Rio Madeira nesse momento.

Vamos convidar, na próxima reunião, representante da Agência Nacional das Águas, para que nos possa informar de fato o que aconteceu nesse momento, Prefeito. As chuvas não estão acontecendo, a água subiu, o rio está enchendo e deixou, mais uma vez, as nossas BRs 425 e 364 inundadas, isolando novamente Nova Mamoré e Guajará-Mirim.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião, agradecendo mais uma vez os nossos parceiros dos ministérios que debateram conosco nesta tarde.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 22 minutos.)